Unimed Belo Horizonte
Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed Belo Horizonte

ANS - Nº 34.388-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO UNIMED-BH 2018

A Unimed-BH Cooperativa de Trabalho Médico é formada por 5.637 médicos cooperados e conta com 34 municípios em sua área de atuação. Em 2018, a Cooperativa completou 47 anos de fundação com 1.309.129 clientes em carteira, conforme cadastro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As contraprestações efetivas de assistência à saúde foram de R$ 3.917 milhões e, desse total, R$ 3.055 milhões foram destinados aos eventos indenizáveis líquidos, como remuneração da assistência prestada aos clientes - números que indicam a consolidação da operação da Unimed-BH e a sua relevância na saúde suplementar brasileira.

POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE SOBRAS

A Unimed-BH apura seus resultados levando em conta os atos cooperativos, auxiliares e não-cooperativos. Os atos cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo nº 79 da Lei nº 5.764/71.

Os atos auxiliares são aqueles que contribuem na prestação de serviço do médico cooperado. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços de saúde. Já os atos não-cooperativos não têm relação com os médicos cooperados, sendo alheios ao propósito principal da Cooperativa.

Seguindo a legislação vigente, o Fundo de Reserva recebeu 10% do resultado dos atos cooperativos. O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates) recebeu 5% do resultado dos atos cooperativos e 100% do resultado dos atos auxiliares e não-cooperativos. As sobras à disposição dos médicos cooperados, em Assembleia Geral Ordinária, equivalem a 85% do resultado dos atos cooperativos.

• Reconhecimentos

A Unimed-BH conta com uma presença expressiva nos principais rankings de negócio do país, que evidenciam a solidez da Cooperativa. Em 2018, figurou como 2ª maior operadora de planos de saúde do país, segundo As Melhores da Dinheiro, da revista Istoé. Nessa avaliação, a cooperativa também se destacou no segmento, ficando em 1º lugar nas categorias Responsabilidade Social, Governança Corporativa, Inovação e Qualidade. A revista Época 360º posicionou a Unimed-BH como 5º melhor plano de saúde do Brasil e, no ranking geral, como 42ª melhor empresa brasileira.

Na Exame Melhores e Maiores, a colocação da cooperativa também foi o 5º lugar entre as operadoras de planos de saúde. Além disso, a revista classificou a Unimed-BH como 9ª melhor empresa do segmento de saúde nacional, 6ª maior empresa privada de Belo Horizonte, 7ª empresa do segmento de saúde em liderança de mercado e, no ranking geral, como 156ª entre as 1.000 maiores empresas do país. No Valor 1.000, a cooperativa é a 6ª maior operadora de planos de saúde do Brasil, a 2ª maior em patrimônio líquido, a 3ª entre as 20 maiores em ativos totais e a 4ª entre as 20 maiores em lucro líquido e operacional.

• Desempenho da Unimed-BH: gestão sustentável

A Saúde Suplementar tem sido um dos setores mais impactados pelas incertezas no cenário econômico brasileiro. Uma tímida recuperação foi sentida em 2018, em que o segmento registrou 47.377.920 beneficiários, pouco mais de 200 mil a mais que registrados em 2017, um crescimento ainda pequeno se considerarmos que, entre 2014 e 2017, mais de 3 milhões de pessoas deixaram de ter planos de saúde.

O fator que mais influenciou a perda de beneficiários foi o alto índice de desemprego, que atinge mais de 12 milhões de brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de uma pequena melhora no quadro, o que os indicadores mostram é um crescimento do mercado informal, enquanto a geração de empregos formais continua pouco expressivo.

Atualmente, 80% dos beneficiários da Saúde Suplementar no Brasil são provenientes de carteiras corporativas, cenário que se reflete também na Unimed-BH. Isso significa que um volume considerável de clientes é resultado da geração de empregos formais, que são os chamados "de carteira assinada". Sem um vínculo formal com uma empresa, dificilmente as pessoas contratarão um plano de saúde.

Apesar do cenário não favorecer o setor, na Unimed-BH a manutenção e o crescimento da carteira de clientes foram importantes conquistas em 2018. Graças a uma bem-sucedida estratégia comercial e a uma forte política de relacionamento com os clientes, a cooperativa encerrou o ano com saldo positivo em sua carteira, com o total de 1.309.129 segundo a ANS. A opção pela diferenciação por qualidade contribuiu de forma significativa para a satisfação dos clientes, medida anualmente pelo Instituto Datafolha. Em 2018, essa satisfação foi de 86%.

Os resultados da gestão também se refletem em uma taxa de despesa operacional de 7,16%, uma das menores do segmento de saúde. A receita acumulada foi de R$ 5,04 bilhões e os custos assistenciais se mantiveram abaixo do limite estabelecido como meta pela Unimed-BH, que é de 85%: 82,20%. Desses 82,20%, 34% foram destinados aos honorários dos médicos.

• Integridade e conformidade

A Cooperativa conta com processos estruturados e amplamente divulgados, demonstrando a transparência nos compromissos assumidos com todos os públicos. Em 2018, foi atualizado o Código de Conduta e Relacionamento da cooperativa, principal documento que concentra as diretrizes éticas a serem seguidas por todos os públicos de relacionamento. Essa revisão, feita a muitas mãos por colaboradores de todas as áreas da Unimed-BH, atende ao compromisso assumido de rever o documento a cada dois anos.

Como fruto do Código de Conduta e Relacionamento, a cooperativa também possui um Canal Confidencial para relatos de situações e comportamentos contrários ao documento. Em 2018, foram feitos 58 relatos pelo Canal, que garante sigilo e tratativa adequada às denúncias.

• Qualidade assistencial

A qualidade é o norte e está em todo trabalho realizado na Unimed-BH.
É a principal diretriz das ações, tendo em vista a oferta da melhor assistência em saúde, seja em seus processos ou no atendimento ao cliente.

A Unimed-BH é protagonista em modelos inovadores de valorização por qualidade. Um deles é a remuneração variável, baseada em indicadores que compõem o Índice de Qualidade Assistencial (IQA), por meio do qual se remunera os médicos cooperados pelas melhores práticas médicas. Outro é o Selo de Excelência Assistencial, que reconhece os prestadores das redes Própria e Credenciada a partir da melhor experiência oferecida aos clientes. Ao final do segundo ciclo do programa, em 2018, 19 hospitais e prestadores de serviço em oncologia foram reconhecidos com o Selo de Excelência Assistencial.

O movimento em favor da qualidade também se reflete na busca por acreditações e certificações das unidades que compõem a nossa rede de serviços próprios e gestão da Operadora. Em 2018, a Unimed-BH teve três unidades acreditadas com ONA 3, que atesta a excelência em gestão e cultura organizacional de melhoria contínua: Maternidade Unimed - Unidade Grajaú, Hospital Unimed - Unidade Contorno e Unidade em Contagem. Outras duas unidades obtiveram ONA 2: Hospital Unimed - Unidade Betim Centro e Centro de Promoção da Saúde Unimed - Unidade Betim.

Além disso, a Maternidade Unimed - Unidade Grajaú também possui a acreditação HIMSS Analytics 6, que certifica as instituições de saúde no uso de Tecnologia da Informação. E todos os laboratórios da rede própria contam com o Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos - PALC.

A ANS também concedeu à Unimed-BH a certificação da RN 277, que reconhece as operadoras pela qualidade da prestação dos serviços e pela eficiência em gestão. Além disso, a cooperativa também conta com a certificação ISO 9001/2015, norma de gestão da qualidade aplicada a empresas, produtos e serviços com o objetivo de contribuir para a melhoria da eficiência administrativa e da satisfação dos clientes.

• Reputação

Aliado aos resultados econômicos e financeiros, hoje, ter uma boa reputação é determinante para uma empresa ser bem avaliada pelo mercado. Muito mais que ter processos bem estruturados, é preciso gerar valor e ser percebido de maneira positiva por seus públicos de relacionamento. Por isso, a reputação é uma construção permanente.

Em 2017, a Unimed-BH ouviu seus principais públicos de relacionamento em uma pesquisa conduzida pelo Reputation Institute, referência internacional nesse tipo de trabalho. Observou-se que a cooperativa tem uma reputação considerada forte junto ao público geral, conforme a régua da metodologia adotada. Em 2018, foi criado um projeto para fazer a gestão dos bons resultados conquistados e trabalhar nos pontos onde foram identificados espaço para melhorias. Para isso, foi criado um comitê de gestão da reputação e sustentabilidade, que elaborou uma matriz de reputação baseada nas diretrizes a serem seguidas pela cooperativa e junto aos públicos considerados prioritários.

• Rede assistencial

Para cumprir sua missão de prestar assistência integral aos mais de 1,2 milhão de clientes, a Unimed-BH conta com uma rede de serviços composta por 351 unidades assistenciais, entre hospitais, clínicas e laboratórios próprios e credenciados. Nesse sentido, as unidades são organizadas em redes regionais, estrategicamente posicionadas para estarem presentes aonde o cliente precisa, em tempo oportuno e com os recursos adequados. Juntas, rede própria e credenciada realizaram 8,3 milhões de consultas, 29,5 milhões de exames e terapias e 158 mil internações em 2018.

A qualidade desses prestadores de serviço em saúde é monitorada e reconhecida, há dois anos, pelo Selo de Excelência Assistencial. A iniciativa da Unimed-BH tem como objetivo incentivar e promover efetivamente a melhoria da qualidade da assistência prestada aos seus clientes e aos demais usuários dos serviços na rede credenciada, que se beneficiam diretamente desse movimento. Em seu primeiro ciclo, foram premiados 14 hospitais que conquistaram pelo menos três das cinco dimensões do Selo: Segurança, Acesso, Desempenho, Certificação e Experiência do Cliente. No segundo ciclo, realizado em 2018, foram premiados 19 prestadores, entre hospitais e clínicas de oncologia.

As unidades assistenciais próprias, incluindo hospitais e ambulatórios, contribuem para o atendimento aos pacientes e para a sustentabilidade da Cooperativa, realizando consultas médicas e atividades de atenção primária e promoção da saúde. Dentre os serviços oferecidos, incluem-se os Centros de Radiologia e Exames, Laboratório, Atendimento Móvel em Saúde (ambulâncias), Atenção Domiciliar e Saúde Ocupacional.

A rede é um dos eixos de sustentabilidade da Unimed-BH e a principal plataforma para inovar em gestão e em atenção à saúde. Também é importante para garantir o atendimento de excelência aos clientes. Por esses motivos, o fortalecimento e a melhoria contínua da Rede Própria Unimed-BH é um caminho percorrido ano a ano. Exemplo disso é o investimento em novas unidades e serviços. No último ano, a Cooperativa inaugurou um novo Centro de Promoção da Saúde no Barreiro. No Hospital Infantil São Camilo Unimed, oficialmente incorporado à rede própria por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em dezembro de 2018, foi ampliada a unidade de internação e inaugurado um novo Centro Cirúrgico. Em 2019, será inaugurada, em abril, uma nova unidade hospitalar em Betim, que movimentou recursos próprios na ordem de R$ 250 milhões.

• Atenção à saúde

Além de promover melhorias na Rede Assistencial, a Unimed-BH realiza ações voltadas para o cuidado integral ao cliente. Seja na prevenção de doenças e na promoção da saúde, com as iniciativas realizadas nos Grupos de Promoção da Saúde presentes nas unidades ambulatoriais próprias, seja no cuidado prestado após a alta hospitalar, recebido pelos pacientes em acompanhamento pela Atenção Domiciliar. Outro serviço disponível aos clientes Unimed-BH são as sessões com equipes multiprofissionais da Rede Própria - fonoaudiologia, psicologia, nutrição e terapia ocupacional.

Grupos de apoio como o de Cessação do Tabagismo e o Perda de Peso reuniram mais de 24 mil clientes em atividades voltadas para o estímulo à mudança de hábitos. Além disso, a cooperativa conta com 19 programas destinados à melhoria da qualidade de vida e à prevenção de doenças.

Para identificar oportunidades de melhoria da experiência do cliente, a Unimed-BH passou a ouvir os clientes atendidos nas unidades próprias por meio da metodologia Net Promoter Score - NPS, que mede a satisfação e o grau de recomendação dos serviços pelos clientes. O NPS considera faixas de avaliação que vão até 100 pontos. A nota geral da Unimed-BH foi de 59, classificada na zona de qualidade. Em 2019, o uso da metodologia será ampliada também para os prestadores credenciados.

• Inovação

A Unimed-BH estimula a Cultura de Inovação em todos os seus processos e fomenta, por meio da Inovação, novas práticas assistenciais, novas formas de relacionamento com o mercado, modelos de remuneração pioneiros baseados na qualidade e investimento em tecnologias que melhoram a assistência e promovem a conexão entre médicos, prestadores e clientes.

No Centro de Inovação da Unimed-BH novos projetos e tecnologias são desenvolvidos com o objetivo de oferecer soluções em saúde para o mercado. Sua atuação está organizada em diversas frentes: Educação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, Inteligência e Consultoria.

Em 2018, a Cooperativa realizou o depósito de sua primeira patente junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, depois de mais de um ano de estudos e pesquisas. O projeto, chamado MUDE, desenvolveu um equipamento que monitora e acompanha a mudança de posição dos pacientes no leito durante a internação. O processo de movimentar o paciente contribui para reduzir lesões, melhora a respiração e a pressão arterial, além de trazer mais conforto.

Em parceria com a Kunumi, principal startup de inteligência artificial do País, a Unimed-BH está realizando um projeto que analisa uma grande base de dados com informações sobre prontuários e autorizações de exames e outros procedimentos dos planos de saúde. O uso da Inteligência Artificial e o trabalho com os algoritmos minimiza significativamente o erro, dá suporte nas decisões clínicas e agiliza o atendimento, benefícios importantes para melhoria da assistência.

Outra frente de atuação da Cooperativa é a inovação aberta. Com o LinkOne, desenvolvido em parceria com a Inseed Investimentos, a Unimed-BH se conecta às startups com foco em soluções em saúde. A iniciativa, inédita no Brasil no setor de saúde suplementar, encerrou sua primeira edição em 2018 com um DemoDay, evento que contou com cerca de 300 participantes. Em 2018, também foi lançada a segunda edição, que focou em dois grandes eixos "Experiência do Cliente" e "Eficiência Assistencial" e recebeu inscrições de 277 empreendedores e 99 startups, de dois países e 12 estados brasileiros. O encerramento será em 2019.

• Relacionamento com os médicos cooperados

Ano a ano, a essência cooperativista está em cada escolha da Unimed-BH. Em 2018, as decisões compartilhadas marcaram grandes momentos da Cooperativa. Em 27 de março, na Assembleia Geral Ordinária, os cooperados puderam exercer o direito ao voto e eleger os Conselhos de Administração, Técnico-Societário e Fiscal para a gestão 2018-2022. Mais de 4.500 médicos participaram do processo eleitoral e elegeram a chapa "Experiência e Responsabilidade", com 77,21% dos votos. As duas Assembleias Gerais do ano, realizadas em março e dezembro, contaram com a presença de, em média, 3.500 participantes.

Por meio do programa Por Dentro da Nossa Unimed, criado em 2014, diversas outras oportunidades de participação foram oferecidas aos cooperados ao longo do ano. Integram
as iniciativas os Fóruns de Ideias, que promovem debates abertos sobre temas estratégicos e assuntos relevantes em pauta no cenário externo; as visitas da diretoria às unidades assistenciais direcionadas ao corpo clínico, os eventos sociais do Unimed-BH Convida e o Café dos Cooperados, que reúne pequenos grupos para um encontro informal com a diretoria.

Em 2018, registrou-se também um avanço na participação do Conselho Social (órgão consultivo) na condução da Cooperativa. Uma das contribuições de maior relevância do grupo foi a discussão sobre mudanças no critério de permanência dos médicos na Unimed-BH, cuja sugestão foi levada à Assembleia Geral de dezembro e teve aprovação da grande maioria dos cooperados.

A geração de resultados positivos permitiu à cooperativa a entrega de um pacote expressivo de benefícios aos cooperados, com destaque para a distribuição recorde de Produção Complementar. Foram R$ 125 milhões distribuídos aos cooperados elegíveis ao benefício. Além disso, em 2018 o Pró-Família foi ampliado de R$ 350 mil para R$ 450 mil, após deliberação da Assembleia de março. Agora, os cooperados que decidirem se aposentar terão garantidos esse valor, que complementa o saldo da sua Cota Capital, valorizada anualmente, e o da Previdência (Plano Unimed-BH). Esta última recebeu um aporte de R$ 75 milhões, encerrando o ano com um saldo de aproximadamente R$ 900 milhões. Em decisão sobre a destinação dos recursos, os cooperados reunidos na Assembleia Geral de dezembro de 2018 destinaram outros R$ 75 milhões para o fundo da previdência.

Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha em 2018, 89% dos cooperados estão satisfeitos com a Unimed-BH. E quando o assunto é a gestão da cooperativa, o percentual de satisfação (bom e ótimo) é de 93%.

• Relacionamento com os clientes

No centro das ações da Unimed-BH está o cliente. Da organização da rede de atendimento por polos regionais até a inovação nos modelos assistenciais, o foco é oferecer aos clientes a melhor experiência em saúde, fortalecendo o vínculo médico-paciente e promovendo o cuidado integral. Em 2018, uma intensa política de relacionamento com os clientes e o foco na qualidade contribuíram para uma satisfação de 86% dos clientes, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha. Dentre as razões para essa satisfação, os médicos cooperados foram os mais mencionados em citações espontâneas: 46% de menções. Além disso, ao avaliar a marca Unimed-BH, 91% dos clientes consideram que a Cooperativa respeita o consumidor.

O cuidado com a carteira se refletiu em diversos movimentos realizados ao longo do ano. Direcionamos nosso olhar aos grupos mais sensíveis, como os idosos, e investimos em ações de promoção da saúde com foco na prevenção. Grupos de apoio, como o da Cessação do Tabagismo e o de Perda de Peso, reuniram mais de 24 mil clientes em nossos Centros de Promoção da Saúde em 2018 em atividades voltadas ao estímulo à mudança de hábitos. Além disso, a Cooperativa conta com 19 programas destinados à melhoria da qualidade de vida e à prevenção de doenças.

Para identificar oportunidades de melhoria da experiência dos clientes, a Unimed-BH passou a realizar, ao final de cada consulta, uma pesquisa de satisfação. Além das consultas, a cooperativa também passou a ouvir os clientes sobre o atendimento em nossas unidades da Rede Própria. Em 2018, foi adotado o NPS - Net Promoter Score, ferramenta que registra a satisfação e o grau de recomendação do atendimento. O objetivo é acompanhar as interações dos clientes com o serviço de saúde durante todo o tempo de permanência nas unidades. A avaliação permite que a Cooperativa tenha ainda mais subsídios para traçar estratégias de melhoria contínua. O projeto será ampliado para os demais prestadores a partir de 2019.

• Eficiência e solidez econômico-financeira

Em 2018, um conjunto de estratégias, resultados e eventos contribuiu para fortalecer a solidez econômico-financeira da Unimed-BH. Um dos indicadores mais significativos é o crescimento de 14,08% no Patrimônio Líquido (PL) no ano, alcançando R$ 1.813.703 mil. Além dos resultados positivos ao longo dos anos, o principal impulso tem sido a valorização do capital social dos cooperados. São R$ 625.724 mil, que representam 34,50% do PL. Com isso, a Unimed-BH figura como a maior cooperativa mineira em patrimônio líquido, receitas totais e capital social de acordo com o Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro 2018, publicado pelo Sistema Ocemg.

A Cooperativa também fortaleceu a sua diretriz interna de responsabilidade na gestão, com foco no profissionalismo e na austeridade e no aumento da eficiência operacional. Como resultado, a Unimed-BH mantém o selo do Programa de Acreditação de Operadoras, concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Cooperativa se classifica no nível 1, o mais alto da escala.

• Responsabilidade social

O Instituto Unimed-BH, braço social da Cooperativa fundado em 2003, conduz o Programa de Responsabilidade Social em cinco linhas de atuação: cultura, comunidade, adoção de espaços públicos, voluntariado e meio ambiente. Somente em 2018, foram mais de 1,3 milhão de pessoas impactadas, traduzindo uma corrente cidadã que tem transformado muitas vidas.

Destaca-se o Programa Cultural, apontado pelo Ministério da Cultura como a maior iniciativa de fomento no país por meio do incentivo fiscal a pessoas físicas. Em 2018, o programa contou com a adesão de 5.042 cooperados e colaboradores incentivadores, que resultaram no valor de R$ 13.827.515 captados e executados em 30 projetos. Como destaque, cita-se o número expressivo de colaboradores que aderiram ao projeto em 2018: 520, representando um crescimento de 75%.
A cada ano, a seleção dos projetos envolve um processo cuidadoso de avaliação. Além do atendimento aos critérios da Política de Patrocínio da Unimed Belo Horizonte, cada ação é analisada e chancelada pelo Conselho Consultivo do Instituto Unimed-BH, formado por médicos cooperados. O acompanhamento das atividades e da prestação de contas é uma constante, com processos auditados e disponíveis para consulta no Ministério da Cultura.

Em 2018, foi celebrado um importante marco deste trabalho: os 15 anos do Instituto Unimed-BH, com ações que geram diversos impactos positivos na sociedade, como a geração de emprego e renda e o estímulo ao desenvolvimento da economia criativa.

PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA EXERCÍCIOS SEGUINTES

Uma das pioneiras na organização do trabalho médico e da assistência à saúde no Brasil sob o modelo cooperativo, a Unimed-BH é, atualmente, referência no cenário da saúde suplementar do país. As medidas de austeridade e busca de eficiência na assistência à saúde e na operação, somadas ao engajamento das equipes na aplicação de novas tecnologias, asseguraram resultados positivos e permanecem como diretrizes para 2019.

Seguindo no caminho de melhoria contínua, a Cooperativa dará continuidade às ações pautadas na qualidade, eficiência, austeridade e inovação. O propósito é permanecer fazendo a diferença na vida das pessoas, dando cada passo em prol do bem comum e do desenvolvimento.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

A Unimed-BH tem participação acionária de 13,74% (13,70,% em 2017) na Unimed Participações S/A, holding do Sistema Unimed e controladora das empresas Unimed Seguradora, Unimed Administração e Serviços e Unimed Corretora, que representa os interesses das cooperativas e do Sistema Unimed junto às suas controladas, na condução dos negócios. A Unimed Participações atua de forma a sustentar as necessidades de capital das empresas controladas, captando recursos e acompanhando suas performances, sempre em busca de otimizar a rentabilidade dos investimentos das sócias. O investimento total está registrado pelo valor de R$ 127.406 mil.

Sólida, mesmo diante de um cenário de incertezas, a Cooperativa se mantém no caminho do crescimento sustentável. Prova disso são os investimentos planejados, com recursos próprios, que vêm sendo feitos em uma nova unidade hospitalar própria. O Hospital Unimed - Unidade Betim será inaugurado em abril de 2019, com capacidade de 300 leitos, dos quais 60 serão de UTI adulto, pediátrico e neonatal. A unidade contará também com centro cirúrgico e obstétrico, unidades de internação e de terapia intensiva. Haverá ainda disponibilidade de assistência em 27 especialidades médicas, exames de diagnóstico e heliponto.

Em 2017, um importante reforço à rede assistencial própria foi a aquisição do Hospital Infantil São Camilo, uma referência no atendimento pediátrico em Minas Gerais há mais de 30 anos. Desde então, a Unimed Belo Horizonte passou a administrar a unidade, que passou a se chamar Hospital Infantil São Camilo Unimed. Em 2018, o hospital foi formalmente incorporado à rede própria da cooperativa, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em dezembro. Com isso, foi feita a transferência do patrimônio para a Cooperativa e foi extinta a pessoa jurídica Hospital Infantil São Camilo (CNPJ 19.235.605/0001-90).

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Para as aplicações financeiras classificadas como "mantidos até o vencimento", a Cooperativa tem a intenção e a capacidade financeira para mantê-las até o vencimento.

A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de cumprir com suas obrigações nos vencimentos. Em 2018, o índice de Liquidez Geral foi de 1,48 e, para o curto prazo, Liquidez Corrente, o índice foi de 1,30.

A carteira de aplicações da Cooperativa possui mais de 42,79% do seu total em títulos em liquidez imediata, ou seja, com possibilidade de resgate em até D+1. Tal estratégia leva em consideração as necessidades de fluxo de caixa da Cooperativa e permite a manutenção de títulos até o vencimento, privilegiando as taxas de rentabilidade contratadas, evitando deságio se negociadas antes do prazo.

Projeções de desembolsos e recebimentos são estabelecidos para administrar a liquidez da Unimed-BH, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A Cooperativa possui controles para gerenciar os recursos e garantir a suficiência para honrar seus compromissos. Não é prática da Cooperativa a obtenção de empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

DIREITO DOS COOPERADOS

O capital social da Unimed-BH, pertencente a 5.637 cooperados (5.681 em 2017), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R$ 69 mil. A quota-parte é indivisível, intransferível mesmo entre associados, não podendo ser negociada de modo algum nem dada em garantia. Ao ser admitido na Unimed-BH, o cooperado subscreve, no mínimo, 6.930 quotas-partes no valor correspondente a R$ 69 mil. Foi deliberada a integralização de capital no montante de R$ 57.594 mil (R$ 53.264 mil em 2017) através de juros sobre capital social, atualizado a 12%, e líquidos dos efeitos tributários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	2018	2017 (Reapresentado)
Ativo Circulante			
Disponível	5	**152.865**	99.883
Realizável		**766.377**	913.377
Aplicações Financeiras	6	**456.455**	568.320
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	15.e	**49.395**	173.615
Aplicações Livres		**407.060**	394.705
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	**156.865**	168.417
Contraprestação Pecuniária a Receber		**93.974**	56.151
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		**14.960**	68.482
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		**47.931**	43.784
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com PSO	8	**66.179**	40.770
Créditos Tributários e Previdenciários	9	**22.334**	84.216
Bens e Títulos a Receber	10	**37.554**	25.334
Despesas Antecipadas		**631**	2.269
Conta Corrente com Cooperados	11	**26.359**	24.051
Total do Ativo Circulante		**919.242**	1.013.260
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		**1.102.117**	798.171
Aplicações Financeiras	6	**611.741**	425.757
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	15.e	**525.508**	346.734
Aplicações Livres		**86.233**	79.023
Créditos Tributários e Previdenciários	9	**6.187**	6.843
Títulos e Créditos a Receber	10	**4.759**	2.419
Ativo Fiscal Diferido	20.b	**82.832**	62.454
Depósitos Judiciais e Fiscais	18	**382.100**	287.660
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		**14.498**	13.038
Investimentos	12	**184.513**	199.370
Participações Societárias - Rede Hospitalar		**-**	41.417
Outros Investimentos		**184.513**	157.953
Imobilizado	13	**927.233**	785.510
Imóveis de Uso Próprio		**638.591**	616.829
Imóveis de Uso Próprio – Hospitalares		**293.081**	279.858
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares		**345.510**	336.971
Imobilizado de Uso Próprio		**95.387**	83.480
Bens Móveis - Hospitalares		**42.099**	36.105
Bens Móveis - Não Hospitalares		**53.288**	47.375
Imobilizações em Curso		**192.416**	83.953
Outras Imobilizações		**839**	1.248
Intangível	14	**44.547**	27.224
Total do Ativo Não Circulante		**2.258.410**	1.810.275
Total do Ativo		**3.177.652**	**2.823.535**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2018	2017 (Reapresentado)
Passivo Circulante			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	**398.298**	407.195
Provisão para Remissão		**8.643**	8.203
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		**66.237**	84.336
Outras Provisões Técnicas		**17.707**	15.209
Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde		**214.404**	205.911
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		**91.307**	93.536
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**21.450**	27.133
Contraprestações a Restituir		**137**	96
Receita Antecipada de Contraprestações		**14.800**	11.339
Comercialização sobre Operações		**499**	1.241
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		**5.703**	14.229
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		**311**	228
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS		**38.496**	24.039
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	**113.572**	103.770
Tributos e Contribuições		**113.572**	103.770
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	**31.021**	31.144
Débitos Diversos		**98.948**	84.352
Conta Corrente de Cooperados	11	**4.215**	1.173
Total do Passivo Circulante		**706.000**	678.806
Passivo Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	**291.625**	226.297
Provisão para Remissão		**14.166**	13.752
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		**132.756**	86.019
Outras Provisões Técnicas		**144.703**	126.526
Provisões Judiciais	18	**317.182**	249.361
Provisão para contingência		**317.182**	249.361
Tributos e Contribuições a Recolher	16	**1.735**	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	**46.230**	77.050
Débitos Diversos		**1.177**	2.223
Total do Passivo Não Circulante		**657.949**	554.931
Patrimônio Líquido			
Capital Social		**625.724**	575.970
Reservas		**1.146.066**	961.115
Reservas de Reavaliação		**25.700**	23.680
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		**1.120.366**	937.435
Lucros (Superávits) ou Prejuízos (Déficits) Acumulados ou Resultado		**41.913**	52.713
Total do Patrimônio Líquido	19	**1.813.703**	1.589.798
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**3.177.652**	2.823.535

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Belo Horizonte
Cooperativa de Trabalho Médico

Unimed Belo Horizonte

ANS - Nº 34.388-9

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEGREGADOS POR ATO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

		2018				2017 (Reapresentado)			
		Atos Cooperativos				Atos Cooperativos			
	Nota	Principais Ingressos (Dispêndios)	Auxiliares Receitas (Despesas)	Ato Não Cooperativo	Total	Principais Ingressos (Dispêncios)	Auxiliares Receitas (Despesas)	Ato Não Cooperativo	Total
Contraprestações Efetivas de Operações com Plano de Assistência à Saúde	22	**1.955.464**	**1.890.670**	**71.011**	**3.917.145**	1.550.252	1.534.086	64.159	3.148.497
Receitas com Operação de Assistência à Saúde		**1.990.332**	**1.952.739**	**80.442**	**4.023.513**	1.587.546	1.586.937	70.298	3.244.781
Contraprestações Líquidas		2.006.097	1.958.272	80.672	4.045.041	1.667.440	1.649.713	72.881	3.390.034
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assisência a Saúde		(15.765)	(5.533)	(230)	(21.528)	(79.894)	(62.776)	(2.583)	(145.253)
(-) Tributos Diretos de Operações Com Planos de Assistência a Saúde da Operadora		(34.868)	(62.069)	(9.431)	(106.368)	(37.294)	(52.851)	(6.139)	(96.284)
Eventos Indenizáveis Líquidos	23	**(1.483.325)**	**(1.492.225)**	**(79.454)**	**(3.055.004)**	(1.250.505)	(1.389.256)	(87.986)	(2.727.747)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(1.469.969)	(1.507.168)	(80.097)	(3.057.234)	(1.241.426)	(1.380.597)	(87.265)	(2.709.288)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(13.356)	14.943	643	2.230	(9.079)	(8.659)	(721)	(18.459)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	24	**472.139**	**398.445**	**(8.443)**	**862.141**	299.747	144.830	(23.827)	420.750
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		882	661	29	1.572	1.003	742	34	1.779
Receitas Assistência a Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		95.700	145.771	9.318	250.789	169.679	225.224	78.462	473.365
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		7.522	17.071	1.248	25.841	6.227	15.319	908	22.454
Receitas com Intercâmbio Eventual		84.114	124.158	4.899	213.171	137.550	191.556	6.533	335.639
Outras Receitas Operacionais		4.064	4.542	3.171	11.777	25.902	18.349	71.021	115.272
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência a Saúde		(7.183)	(5.061)	(412)	(12.656)	(7.764)	(4.666)	(371)	(12.801)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(96.374)	(35.906)	(2.151)	(134.431)	(81.481)	(37.382)	(1.742)	(120.605)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(78.534)	(24.874)	(1.747)	(105.155)	(69.714)	(22.897)	(978)	(93.589)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(6.814)	(5.113)	(224)	(12.151)	(9.884)	(7.374)	(318)	(17.576)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		7.717	-	-	7.717	7.312	-	-	7.312
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(18.743)	(5.919)	(180)	(24.842)	(9.195)	(7.111)	(446)	(16.752)
Outras Despesas Operações De Assistência à Saúde Não Relacionadas Com Planos de Saúde da Operadora		(83.778)	(112.548)	(3.143)	(199.469)	(25.990)	(32.684)	(1.384)	(60.058)
Resultado Bruto		**381.386**	**391.362**	**(4.802)**	**767.946**	355.194	296.064	51.172	702.430
Despesas de comercialização		(18.821)	(14.058)	(611)	(33.490)	(19.169)	(14.229)	(645)	(34.043)
Despesas administrativas	25	(243.733)	(141.264)	(9.156)	(394.153)	(209.936)	(139.560)	(10.540)	(360.036)
Resultado Financeiro Líquido	26	**(65.064)**	**2.292**	**78.600**	**15.828**	(57.658)	3.838	137.050	83.230
Receitas Financeiras		19.121	13.779	79.098	111.998	18.256	13.229	146.186	177.671
Despesas Financeiras		(84.185)	(11.487)	(498)	(96.170)	(75.914)	(9.391)	(9.136)	(94.441)
Resultado Patrimonial		**1.482**	**778**	**11.860**	**14.120**	(1.328)	(805)	45.469	43.336
Receitas Patrimonais		2.000	1.130	11.949	15.079	1.974	1.028	45.723	48.725
Despesas Patrimoniais		(518)	(352)	(89)	(959)	(3.302)	(1.833)	(254)	(5.389)
Resultado Antes dos Impostos e Participações		**55.250**	**239.110**	**75.891**	**370.251**	67.103	145.308	222.506	434.917
Imposto de renda	20	-	(52.176)	(16.560)	(68.736)	-	(32.227)	(41.787)	(74.014)
Contribuição social	20	-	(23.958)	(7.604)	(31.562)	-	(14.460)	(18.749)	(33.209)
Impostos Diferidos	20	-	14.992	4.758	19.750	-	1.792	2.323	4.115
Participação nas sobras		(5.941)	(4.466)	(195)	(10.602)	(5.087)	(3.771)	(168)	(9.026)
Resultado Líquido		**49.309**	**173.502**	**56.290**	**279.101**	62.016	96.642	164.125	322.783

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018				2017			
	Atos Cooperativos				Atos Cooperativos			
	Principais	Auxiliares	Ato Não Cooperativo	Total	Principais	Auxiliares	Ato Não Cooperativo	Total
Sobras líquida	**49.309**	**173.502**	**56.290**	**279.101**	62.016	96.642	164.125	322.783
Resultados abrangentes								
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**49.309**	**173.502**	**56.290**	**279.101**	62.016	96.642	164.125	322.783

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Fates	Reserva pró-família	Reserva de Reavaliação	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2016	524.639	46.731	517.052	68.520	24.201	96.281	1.277.424
Aumento de Capital							
Integralização de capital com Juros de Capital Proprio	53.264	-	-	-	-	-	53.264
Integralização de capital com entrada de novos cooperados	11.106	-	-	-	-	-	11.106
Devolução de capital	(13.039)	-	-	-	-	-	(13.039)
Reservas							
Doação Recebida							
Pagamento de benefícios do fundo pró-família	-	-	-	(6.237)	-	-	(6.237)
Utilização do Fates	-	-	(55.439)	-	-	-	(55.439)
Resultado Abrangente Total							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(521)	521	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação							
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	64	(64)	-
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual atos coop.) da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(64)	-	(64)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	322.783	322.783
Distribuição das sobras de 2016							
Aporte no Fundo pró-família	-	-	-	96.281	-	(96.281)	-
Distribuição das sobras de 2017							
Constituição dos fundos obrigatórios	-	6.201	264.326	-	-	(270.527)	-
Aumento de capital							
Saldos em 31 de dezembro 2017	575.970	52.932	725.939	158.564	23.680	52.713	1.589.798
Incorporação HISC	-	(22.399)	-	-	1.816	-	(20.583)
Aumento de Capital							
Integralização de capital com Juros de Capital Proprio	57.594	-	-	-	-	-	57.594
Integralização de capital com entrada de novos cooperados	4.329	-	-	-	-	-	4.329
Devolução de capital	(12.169)	-	-	-	-	-	(12.169)
Reservas							
Pagamento de benefícios do fundo pró-família	-	-	-	(9.897)	-	-	(9.897)
Utilização do Fates	-	-	(85.977)	-	-	-	(85.977)
Resultado Abrangente Total							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(483)	483	-
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação							
IRPJ e CSLL sobre realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	58	(58)	-
IRPJ e CSLL sobre reversão (variação percentual atos coop.) da reserva de reavaliação	-	-	-	-	629	-	629
Reversão de Fundos	-	10.878	-	-	-	-	10.878
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	279.101	279.101
Distribuição das sobras de 2017							
Aporte no Fundo pró-família	-	-	-	52.713	-	(52.713)	-
Distribuição das sobras de 2018							
Constituição dos fundos obrigatórios	-	4.931	232.682	-	-	(237.613)	-
Saldos em 31 de dezembro 2018	625.724	46.342	872.644	201.380	25.700	41.913	1.813.703

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	**359.650**	425.891
Ajustes ao Resultado:		
Atividades operacionais:		
Provisões de contingências	**73.716**	14.218
Variações monetárias líquidas de longo prazo	**(74.803)**	(90.605)
Equivalência patrimonial	**(4.499)**	(39.997)
Depreciações e amortizações	**32.895**	29.258
Baixa do ativo não circulante	**2.389**	6.231
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**47.938**	207.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**8.567**	(3.186)
Juros sobre o capital social	**57.594**	53.264
Provisão para participação nos resultados	**10.602**	9.026
Provisão para Perda de Investimento	**45**	242
Aumento de Investimento por Incorporação de Sobras	**(3.149)**	(2.675)
	510.945	609.050
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**10.926**	(90.120)
Créditos de Oper. Assist. À Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	**(33.792)**	71.500
Créditos Tributário e Previdenciário	**62.595**	(56.784)
Bens e Títulos a Receber	**(11.401)**	572
Despesas antecipadas	**1.638**	(236)
Conta Corrente de Cooperados	**(2.308)**	(2.113)
Títulos e Créditos a Receber	**(352)**	2.618
Depósitos judiciais e fiscais	**(90.346)**	(83.205)
Outros Créditos a Receber	**(11.061)**	(3.288)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde	**8.493**	47.422
Contraprestações a Restituir	**41**	49
Receita Antecipada de Contraprestações	**3.461**	(1.332)
Comercialização sobre Operações	**(742)**	1.045
Débitos de Operações Assistência à Saúde	**83**	(3.358)
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	**(8.526)**	9.898
Débitos de Operações Assit. À Saúde Não Relacionados com OPS	**14.457**	(23.145)
Débitos diversos	**492**	19.076
Conta corrente cooperados	**3.042**	(442)
Juros Pagos	**(6.922)**	(9.975)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(91.477)**	(98.187)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**359.246**	389.045
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Ingressos) / resgates de aplicações financeiras	**5.577**	(238.540)
Caixa Incorporado Hospital Infantil São Camilo	**91**	-
Aquisição de Investimentos	**(24.121)**	(14.405)
Aquisição de ativo imobilizado	**(145.497)**	(79.024)
Aquisição de ativo intangível	**(7.657)**	(9.074)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(171.607)**	(341.043)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de Financiamento	**(30.943)**	(31.070)
Aumento de capital	**4.329**	11.106
Pagamento fundo pró-família	**(9.897)**	(6.237)
Devolução de capital	**(12.169)**	(13.039)
Utilização de Fundos	**(85.977)**	(55.439)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(134.657)**	(94.679)
Aumento líquido do saldo de disponibilidades	**52.982**	(46.677)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**99.883**	146.560
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**152.865**	99.883

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Contraprestações	**4.390.960**	3.783.887
Contraprestações Líquidas	**4.045.041**	3.390.034
Outras Receitas Operacionais de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Pl. de Saúde da OPS	**250.575**	470.686
Receitas relativas à construção de ativos próprios	**125.439**	65.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(8.567)**	3.186
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**(21.528)**	(145.252)
Eventos indenizáveis	**(3.535.333)**	(3.012.897)
Eventos Indenizáveis Líquidos	**(2.920.339)**	(2.595.923)
Outras Despesas Operacionais de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Pl. de Saúde da OPS	**(199.469)**	(60.058)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(351.493)**	(267.116)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	**2.230**	(18.460)
Outros	**(66.262)**	(71.340)
Valor adicionado bruto	**855.627**	770.990
Retenções	**(32.895)**	(29.258)
Depreciação, amortização	**(32.895)**	(29.258)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**822.732**	741.732
Valor adicionado recebido em transferência	**128.294**	227.840
Receitas financeiras	**111.998**	177.672
Outras receitas	**16.296**	50.168
Valor adicionado total a distribuir	**951.026**	969.572
Distribuição do valor adicionado	**(951.026)**	(969.572)
Pessoal:	**(302.545)**	(258.481)
Remuneração direta	**(220.342)**	(204.228)
Benefícios	**(64.624)**	(37.811)
FGTS	**(17.579)**	(16.442)
Impostos, taxas e contribuições:	**(282.721)**	(299.930)
Federais	**(227.354)**	(234.180)
Estaduais	**(7.845)**	(15.865)
Municipais	**(47.522)**	(49.885)
Remuneração de capitais de terceiros:	**(28.640)**	(34.657)
Despesas Financeiras	**(27.970)**	(31.673)
Outros	**(670)**	(2.984)
Remuneração de capitais próprios:	**(337.120)**	(376.504)
Resultado líquido	**(279.101)**	(322.783)
Realização da reserva de reavaliação	**(425)**	(457)
Despesas de juros de capital próprio	**(57.594)**	(53.264)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional da Cooperativa
A Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (doravante denominada Cooperativa, Unimed - BH, Entidade ou Controladora) é uma cooperativa de serviços médicos e hospitalares, constituída em 1º de abril de 1971 por médicos cooperados e tem por objetivo a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalares individuais, familiares e coletivos. É seu objetivo, ainda, a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas. A sua sede é em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, atuando também nos municípios de Baldim, Betim, Barão de Cocais, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Confins, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mario Campos, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santana do Riacho, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

A Cooperativa adquiriu o controle de 100% de participação em 01/01/2017 do Hospital Infantil São Camilo (doravante denominada HISC ou controlada), atuando na área de serviços médicos-hospitalares. A cooperativa incorporou o Hospital Infantil São Camilo em 05 de dezembro de 2018.

2 Base de preparação
As demonstrações financeiras individuais, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, bem como as interpretações e as orientações emitidas por aquele Comitê.

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 290/12, e seus anexos que instituiu a versão do Plano de Contas Padrão da ANS e o modelo de apresentação das demonstrações financeiras a ser adotados obrigatoriamente pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Fiscal em 25 de fevereiro de 2019.

2.1 Base de mensuração
As demonstrações financeiras individuais, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando existentes), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, incluindo os ativos adquiridos por combinação de negócios.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações
A Resolução Normativa nº 435/18 revogou a RN 290/12, alterando o modelo de Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde. As modificações relevantes que impactam de forma significativa as demonstrações financeiras da Cooperativa terão efeito a partir de 2019.

• **RN nº 430/2017 -** Dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde; altera a Resolução Normativa - RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Esta RN entrou em vigência em 01/01/2018.

A Cooperativa procedeu com o registro desta operação, em conformidade com a norma e para efeito de comparação, conforme disposições do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aplicou de forma retrospectiva a RN430 como se tivesse sido sempre aplicada. Vide nota explicativa nº4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo, ou seja, a moeda do principal ambiente econômico no qual esta atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender compromissos de curto prazo.

2.5 Aplicações financeiras
Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos superiores a três meses a contar da data da contratação registrada no curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Todas as aplicações vinculadas às provisões técnicas foram registradas no ativo não circulante, observando o critério de indisponibilidade desse recurso financeiro.

2.6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde
Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que considera os títulos vencidos há mais de 60 dias da data do fechamento do exercício para os clientes pessoa física e 90 dias para os clientes pessoa jurídica e clientes de intercâmbio e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram nos critérios citados, após análise individual efetuada pela Administração.

2.7 Investimentos em participação de outras entidades
Os investimentos em sociedades não cooperativa, coligadas, destinados a complementar a atividade do ato cooperativo, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado. Os Investimentos em sociedade cooperativa de qualquer grau são registrados pelo custo de aquisição, e seus resultados contabilizados, de acordo com o princípio da Competência, em conta de ingresso que integra a conta de investimento da investidora. A cada data de fechamento do balanço patrimonial, existindo evidência de que o investimento sofreu perda, é constituída a provisão para desvalorização.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial
Os investimentos da Cooperativa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Cooperativa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

2.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento inicial e mensuração
Os itens que compõem o grupo de imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, conforme Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O método de depreciação linear é aplicado a todos os itens que compõem o grupo de imobilizado. A despesa de depreciação é registrada contra o resultado do exercício de acordo com sua estimativa de vida útil. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos estão instalados e prontos para uso. As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados anualmente.

(ii) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados. Valor residual de um ativo é o valor que a Cooperativa obteria com a venda do ativo depois de deduzir as despesas de vendas.

A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado foi revisada prospectivamente no ano de 2018 por empresa especializada. Em conformidade com o laudo emitido, as médias de depreciação das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

	Taxa média de depreciação
Edificações	2,15%
Máquinas e equipamentos	11,90%
Equipamentos de computação	17,16%
Instalações	11,05%
Móveis e utensílios	12,46%
Veículos	16,11%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33,39%

2.9 Intangível
Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A vida útil remanescente dos bens do intangível foi revisada, prospectivamente, no ano de 2018 por empresa especializada. Em conformidade com o laudo emitido, a amortização do ativo intangível corresponde a:

	Taxa média de depreciação
Software	37,54%
Marca Hospital Infantil São Camilo	5,00%
Acordo de não competitividade	20,00%

2.10 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.11 Tributação

2.11.1 Impostos sobre contraprestações
O PIS e a COFINS são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base no critério cumulativo, para os atos principais, auxiliares e não cooperativos, deduzindo-se as corresponsabilidades cedidas, a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas e o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, efetivamente pagos, deduzidos das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades, conforme determina a legislação fiscal. Os valores apurados em relação ao ato cooperativo estão sendo questionados judicialmente. Dessa maneira, os montantes devidos são depositados mensalmente em juízo e estão devidamente provisionados no passivo.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é calculado à alíquota de 3% sobre o faturamento. Nos termos da legislação, a Cooperativa está autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados para a prática de ato cooperativo auxiliar, a título de remuneração pela prestação dos serviços, conforme Lei Municipal nº 8.725/03.

2.11.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes
A tributação sobre o resultado contábil dos atos auxiliares e não cooperativos, ajustado pelas adições e exclusões definidas na legislação fiscal, compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os resultados que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9%, reconhecida pelo regime de competência. As inclusões ao resultado de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas na apuração do resultado tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11.3 Impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis serão gerados para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos não registrados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo-liquidado, com base nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

2.12 Instrumentos financeiros

2.12.1 Ativos financeiros
A Cooperativa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros
mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b. Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Ativos financeiros não derivativos, com vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Cooperativa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e as taxas ou os custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

c. Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Cooperativa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.12.2 Passivos financeiros
Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos, ou contas a pagar, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a. Empréstimos e financiamentos
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.13 Apuração de resultado
São classificadas como "Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde", o resultado líquido dos ingressos (receitas), acrescidas das receitas de transferências de responsabilidades (intercâmbio) e deduzidas as variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registrados por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação, modalidade da cobertura e classificados de acordo com os atos cooperativos principais, auxiliares e não cooperativos.

As receitas com as contraprestações de operações de assistência à saúde são reconhecidas na demonstração do resultado pelo respectivo período de cobertura contratual, respeitando o princípio da competência dos exercícios.

As despesas de comissões são reconhecidas na demonstração de resultado em consonância com as receitas correspondentes.

As despesas com intercâmbios (serviços prestados por outras Unimeds) são reconhecidas no momento em que avisadas pelas prestadoras.

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de resultado observando-se o regime de competência dos exercícios.

2.14 Atos cooperativos e não cooperativos
Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no art. 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, e, sem essa estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica. Como exemplo, cita-se a assistência odontológica, na qual nenhum dentista é cooperado da Unimed-BH e também os dispêndios com médicos não cooperados no atendimento de urgência e emergência em pronto-socorro hospitalar.

Os critérios de alocação dos dispêndios e das despesas gerais, bem como o faturamento e as demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como se segue:

• Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo.

• O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade.

• As despesas e as demais receitas indiretas são segregadas proporcionalmente ao faturamento apurado para o ato cooperativo e não cooperativo, desde que não seja possível separar objetivamente o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos
O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Cooperativa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não efetuou nenhum ajuste a valor presente dos ativos e passivos.

2.16 Informações por segmento
Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na prestação de serviços de operadora de plano de saúde e assistência médico e hospitalar, a Cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio. Os serviços prestados pela Cooperativa, embora destinados a diversos segmentos de negócios da economia dos seus clientes, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes. Dessa maneira, os resultados da Cooperativa são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Cooperativa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e também não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

Resoluções normativas da ANS

• RN nº 435/2018 - RN dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, nos termos do seu Anexo; acrescenta, altera e revoga dispositivos da RN nº 173, de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre a versão XML (Extensible Markup Language) do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS/ANS, e revoga a RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012.

• As alterações do novo modelo de plano de contas, não afeta o resultado da cooperativa, mas apenas sua forma de apresentação.

• RN 442/2018 - Altera a Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Inclui a Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS e Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC.

• Ambas as provisões poderão ser constituídas gradualmente, de forma linear, ao longo de trinta e seis meses, a partir de janeiro de 2020.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu os seguintes pronunciamentos:

• **CPC 06 (R2) -** Operações de Arrendamento Mercantil - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 16

• **CPC 47 -** Receita de Contrato com Cliente - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 15

• **CPC 48 -** Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 9

Em conformidade com o Ofício-Circular nº1/2017/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de planos de saúde devem continuar aplicando as normas vigentes, até que a ANS se manifeste sobre a aplicação dos referidos CPC´s.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
A preparação das demonstrações financeiras da Cooperativa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Cooperativa, a Administração fez os seguintes julgamentos, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cooperativa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2 Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado e intangível
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.8 e 2.9, a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores externos que são revisados regularmente. A vida útil e os valores residuais estão corretamente avaliados e apresentados nas demonstrações financeiras.

3.3 Impostos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Cooperativa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela Autoridade Fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cooperativa.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4 Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cooperativa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

O lançamento contábil referente a provisões é efetuado pela essência da operação, o fato de a operadora ter que liquidar uma obrigação, amigável ou judicialmente, não altera o registro contábil no resultado das operadoras, esse conceito é o que preconiza a aplicação da essência econômica sobre a forma jurídica.

A Cooperativa reconhece provisão técnica para: Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), Benefício de Remissão Concedido e Benefício de Remissão a Conceder, sendo essa última classificada como Outras Provisões Técnicas. Essas provisões referem-se a estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente e para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações. O cálculo dessas provisões deve ser apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP) devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

a. Provisões técnicas para benefícios de remissão concedido
A Resolução Normativa nº 393/15 determina a constituição da Provisão de benefícios de remissão concedidos para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes. Entende-se por remissão o fato de os beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo predeterminado, em função da ocorrência do evento gerador conforme definido em contrato.

b. Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)
Conforme disposto na Resolução Normativa nº 393/15, a Cooperativa deve constituir mensalmente PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente.

A PEONA é estimada com base em triângulos de run-off mensais, partindo do pressuposto de que os avisos referentes a eventos ocorridos nos últimos 12 meses se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrência anteriores.

c. Ressarcimento ao SUS
O ressarcimento ao SUS, criado pelo art. 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

d. Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde
Correspondem aos valores líquidos a pagar aos médicos cooperados, aos hospitais, aos laboratórios, às clínicas e aos demais conveniados, contemplando o provisionamento dos eventos avisados, independentemente da apresentação do documento fiscal pelo prestador.

e. Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)
Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativas ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, em relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim o cálculo *pro rata* dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

f. Outras Provisões Técnicas
O grupo "Outras Provisões Técnicas" contempla a Provisão de benefícios de remissão a conceder que é complementar a Provisão de benefícios de remissão concedidos, já que, deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício de remissão, para a cobertura, nas condições contratuais pactuadas, dos compromissos assumidos com os beneficiários com direito a tal cobertura. A metodologia de cálculo leva em consideração a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída por falecimento e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por período definido em contrato, uma vez que, estarão isentos do pagamento das contraprestações. Esta provisão foi aprovada pela ANS em 2017.

g. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Cooperativa reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quando uma entidade está sujeita à obrigação legal, é improvável que essa obrigação não seja reconhecida nas demonstrações contábeis. Uma obrigação originada em lei só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Reapresentação de exercício anterior

Durante o exercício de 2018, para atender as regras da RN nº 430/2017 emitida pela ANS, que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde, a Cooperativa procedeu com o registro desta operação e, para efeito de comparação, conforme disposições do CPC 23 - Políticas, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, aplicou de forma retrospectiva a RN430 como se tivesse sido sempre aplicada desde o exercício de 2017.

Assim, em atendimento ao CPC23 - Políticas, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, a Cooperativa apresenta os ajustes retrospectivos e reclassificações a seguir como forma a garantir a comparabilidade das informações apresentadas nestas demonstrações financeiras.

Operações de Corresponsabilidade pela Gestão dos Riscos Decorrentes do Atendimento dos Beneficiários (Operação de intercâmbio definitivo ou habitual / convênios de reciprocidade / aluguel de rede / repasse em pré-pagamento / repasse em pós-pagamento ou em custo operacional / risco cedido) ocorre quando um beneficiário de uma operadora com a qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora, e por um acordo ou contratação entre as operadoras, o atendimento pode ser feito de forma continuada.

Visam a viabilizar a cobertura de assistência à saúde prevista contratualmente nos planos comercializados ou disponibilizados em contratos coletivos, em uma região a qual a operadora não possui vínculo direto com a rede. Neste caso, a operadora indica uma rede de outra operadora para atendimento aos beneficiários, de forma continuada em determinada região.

Os efeitos das contas patrimonias e de resultado estão apresentados nos quadros a seguir:

• Não houve alteração nas demonstrações dos resultados abrangentes e nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

4.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31/12/2017

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2017 (REAPRESENTADO)

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017		
ATIVO		Ajuste RN 430	Saldo (Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE			
Disponível	99.883		99.883
Realizável	913.377	-	913.377
Aplicações Financeiras	568.320		568.320
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	173.615		173.615
Aplicações Livres	394.705		394.705
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	97.139	**71.278**	168.417
Contraprestação Pecuniária a Receber	53.163	2.988	56.151
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	192	68.290	68.482
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	43.784		43.784
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com PSO	112.048	(71.278)	40.770
Créditos Tributários e Previdênciários	84.216		84.216
Bens e Títulos a Receber (i)	25.334		25.334
Despesas Antecipadas	2.269		2.269
Conta Corrente com Cooperados	24.051		24.051
Total do ativo circulante	1.013.260	-	1.013.260
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável A Longo Prazo	798.171	-	798.171
Aplicações Financeiras	425.757		425.757
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	346.734		346.734
Aplicações Livres	79.023		79.023
Créditos Tributários e Previdênciários	6.843		6.843
Títulos e Créditos a Receber	2.419		2.419
Ativo Fiscal Diferido	62.454		62.454
Depósitos Judiciais e Fiscais	287.660		287.660
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	13.038		13.038
Investimentos	199.370	-	199.370
Participações Societárias - Rede Hospitalar	41.417		41.417
Outros Investimentos	157.953		157.953
Imobilizado	785.510	-	785.510
Imóveis de Uso Próprio	616.829		616.829
Imóveis de Uso Próprio – Hospitalares	279.858		279.858
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares	336.971		336.971
Imobilizado de Uso Próprio	83.480		83.480
Bens Móveis - Hospitalares	36.105		36.105
Bens Móveis - Não Hospitalares	47.375		47.375
Imobilizações em Curso	83.953		83.953
Outras Imobilizações	1.248		1.248
Intangível	27.224	-	27.224
Total do ativo não circulante	1.810.275	-	1.810.275
TOTAL DO ATIVO	2.823.535	-	2.823.535

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2017 (REAPRESENTADO)

	2017		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Ajuste RN 430	Saldo (Reapresentado)
PASSIVO CIRCULANTE			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	392.739	14.456	407.195
Provisão para Remissão	8.203		8.203
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	84.336		84.336
Outras Provisões Técnicas	15.209		15.209
Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde	191.455	14.456	205.911
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	93.536		93.536
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	17.433	9.700	27.133
Contraprestações a Restituir	96		96
Receita Antecipada de Contraprestações	11.339		11.339
Comercialização sobre Operações	1.241		1.241
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	4.529	9.700	14.229
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	228		228
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	48.195	(24.156)	24.039
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	103.770	-	103.770
Tributos e Contribuições	103.770		103.770
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	31.144		31.144
Débitos Diversos	84.352		84.352
Conta-Corrente de Cooperados	1.173		1.173
Total do passivo circulante	678.806	-	678.806
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	226.297	-	226.297
Provisão para Remissão	13.752		13.752
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	86.019		86.019
Outras Provisões Técnicas	126.526		126.526
Provisões Judiciais	249.361	-	249.361
Provisão para contingência	249.361		249.361
Tributos e Contribuições a Recolher	-		-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	77.050		77.050
Débitos Diversos	2.223		2.223
Total do passivo não circulante	554.931	-	554.931
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	575.970		575.970
Reservas	961.115	-	961.115
Reservas de Reavaliação	23.680		23.680
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	937.435		937.435
Lucros (Superávits) ou Prejuízos (Déficits) Acumulados ou Resultado	52.713		52.713
Total do patrimônio líquido	1.589.798	-	1.589.798
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.823.535	-	2.823.535

4.2 Reconciliação da Demonstração do Resultado do Exercício Segregado Por Ato em 31/12/2017.

Valores Expressos em Milhares de Reais

	2017											
					Ajustes RN 430				(Reapresentado)			
	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total	Atos Cooperativos		Ato Não Cooperativo	Total
	Principais	Auxiliares			Principais	Auxiliares			Principais	Auxiliares		
	Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)			Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)			Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)		
Contraprestações Efetivas de Operações com Plano de Assistência à Saúde	**1.905.336**	**1.373.651**	**58.826**	**3.337.813**	**(355.084)**	**160.435**	**5.333**	**(189.316)**	**1.550.252**	**1.534.086**	**64.159**	**3.148.497**
Receitas com Operação de Assistência à Saúde	**1.942.630**	**1.426.502**	**64.965**	**3.434.097**	**(355.084)**	**160.435**	**5.333**	**(189.316)**	**1.587.546**	**1.586.937**	**70.298**	**3.244.781**
Contraprestações Líquidas	2.022.524	1.489.278	67.548	3.579.350	(355.084)	160.435	5.333	(189.316)	1.667.440	1.649.713	72.881	3.390.034
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assisência a Saúde	(79.894)	(62.776)	(2.583)	(145.253)					(79.894)	(62.776)	(2.583)	(145.253)
(-) Tributos Diretos de Operações Com Planos de Assistência a Saúde da Operadora	(37.294)	(52.851)	(6.139)	(96.284)					(37.294)	(52.851)	(6.139)	(96.284)
Eventos Indenizáveis Líquidos	**(1.532.686)**	**(1.098.753)**	**(81.381)**	**(2.712.820)**	**282.181**	**(290.503)**	**(6.605)**	**(14.927)**	**(1.250.505)**	**(1.389.256)**	**(87.986)**	**(2.727.747)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	(1.523.607)	(1.090.094)	(80.660)	(2.694.361)	282.181	(290.503)	(6.605)	(14.927)	(1.241.426)	(1.380.597)	(87.265)	(2.709.288)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(9.079)	(8.659)	(721)	(18.459)					(9.079)	(8.659)	(721)	(18.459)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	**372.650**	**274.898**	**(22.555)**	**624.993**	**(72.903)**	**(130.068)**	**(1.272)**	**(204.243)**	**299.747**	**144.830**	**(23.827)**	**420.750**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	1.003	742	34	1.779					1.003	742	34	1.779
Receitas Assistência a Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	297.157	385.659	83.795	766.611	(127.478)	(160.435)	(5.333)	(293.246)	169.679	225.224	78.462	473.365
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	6.227	15.319	908	22.454					6.227	15.319	908	22.454
Receitas com Intercâmbio Eventual	265.028	351.991	11.866	628.885	(127.478)	(160.435)	(5.333)	(293.246)	137.550	191.556	6.533	335.639
Outras Receitas Operacionais	25.902	18.349	71.021	115.272					25.902	18.349	71.021	115.272
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência a Saúde	(7.764)	(4.666)	(371)	(12.801)					(7.764)	(4.666)	(371)	(12.801)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(81.481)	(37.382)	(1.742)	(120.605)	-	-	-	-	(81.481)	(37.382)	(1.742)	(120.605)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(69.714)	(22.897)	(978)	(93.589)					(69.714)	(22.897)	(978)	(93.589)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(9.884)	(7.374)	(318)	(17.576)					(9.884)	(7.374)	(318)	(17.576)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	7.312	-	-	7.312					7.312	-	-	7.312
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(9.195)	(7.111)	(446)	(16.752)					(9.195)	(7.111)	(446)	(16.752)
Outras Despesas Operações De Assistência à Saúde Não Relacionadas Com Planos de Saúde da Operadora	(226.371)	(323.187)	(7.989)	(557.547)	200.381	290.503	6.605	497.489	(25.990)	(32.684)	(1.384)	(60.058)
Resultado Bruto	**355.194**	**296.064**	**51.172**	**702.430**	**-**	**-**	**-**	**-**	**355.194**	**296.064**	**51.172**	**702.430**
Despesas de comercialização	(19.169)	(14.229)	(645)	(34.043)					(19.169)	(14.229)	(645)	(34.043)
Despesas administrativas	(209.936)	(139.560)	(10.540)	(360.036)					(209.936)	(139.560)	(10.540)	(360.036)
Resultado Financeiro Líquido	**(57.658)**	**3.838**	**137.050**	**83.230**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(57.658)**	**3.838**	**137.050**	**83.230**
Receitas Financeiras	18.256	13.229	146.186	177.671					18.256	13.229	146.186	177.671
Despesas Financeiras	(75.914)	(9.391)	(9.136)	(94.441)					(75.914)	(9.391)	(9.136)	(94.441)
Resultado Patrimonial	**(1.328)**	**(805)**	**45.469**	**43.336**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.328)**	**(805)**	**45.469**	**43.336**
Receitas Patrimonais	1.974	1.028	45.723	48.725					1.974	1.028	45.723	48.725
Despesas Patrimoniais	(3.302)	(1.833)	(254)	(5.389)					(3.302)	(1.833)	(254)	(5.389)
Resultado Antes dos Impostos e Participações	**67.103**	**145.308**	**222.506**	**434.917**	**-**	**-**	**-**	**-**	**67.103**	**145.308**	**222.506**	**434.917**
Imposto de renda	-	(32.227)	(41.787)	(74.014)					-	(32.227)	(41.787)	(74.014)
Contribuição social	-	(14.460)	(18.749)	(33.209)					-	(14.460)	(18.749)	(33.209)
Impostos Diferidos	-	1.792	2.323	4.115					-	1.792	2.323	4.115
Participação nas sobras	(5.087)	(3.771)	(168)	(9.026)					(5.087)	(3.771)	(168)	(9.026)
Resultado Líquido	**62.016**	**96.642**	**164.125**	**322.783**	**-**	**-**	**-**	**-**	**62.016**	**96.642**	**164.125**	**322.783**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Valores expressos em milhares de reais)

4.3 Reconciliação do Fluxo de Caixa em 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2017 (REAPRESENTADO)
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017		
		Ajustes RN 430	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	425.891		425.891
Ajustes ao Resultado:			
Atividades operacionais:			
Provisões de contingências	14.218		14.218
Variações monetárias líquidas de longo prazo	(90.605)		(90.605)
Equivalência patrimonial	(39.997)		(39.997)
Depreciações e amortizações	29.258		29.258
Baixa do ativo não circulante	6.231		6.231
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	207.383		207.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.186)		(3.186)
Juros sobre o capital social	53.264		53.264
Provisão para participação nos resultados	9.026		9.026
Provisão para Perda de Investimento	242		242
Aumento de Investimento por Incorporação de Sobras	(2.675)		(2.675)
	609.050	**-**	**609.050**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(18.842)	71.278	(90.120)
Créditos de Oper. Assist. À Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	222	(71.278)	71.500
Créditos Tributário e Previdenciário	(56.784)		(56.784)
Bens e Títulos a Receber	572		572
Despesas antecipadas	(236)		(236)
Conta Corrente de Cooperados	(2.113)		(2.113)
Títulos e Créditos a Receber	2.618		2.618
Depósitos judiciais e fiscais	(83.205)		(83.205)
Outros Créditos a Receber	(3.288)		(3.288)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde	32.966	(14.456)	47.422
Contraprestações a Restituir	49		49
Receita Antecipada de Contraprestações	(1.332)		(1.332)
Comercialização sobre Operações	1.045		1.045
Débitos de Operações Assistência à Saúde	(3.358)		(3.358)
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	198	(9.700)	9.898
Débitos de Operações Assit. À Saúde Não Relacionados com OPS	1.011	24.156	(23.145)
Débitos diversos	19.076		19.076
Conta corrente cooperados	(442)		(442)
Juros Pagos	(9.975)		(9.975)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(98.187)		(98.187)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**389.045**	**-**	**389.045**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Ingressos) / resgates de aplicações financeiras	(238.540)		(238.540)
Aquisição de Investimentos	(14.405)		(14.405)
Aquisição de ativo imobilizado	(79.024)		(79.024)
Aquisição de ativo intangível	(9.074)		(9.074)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(341.043)**	**-**	**(341.043)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de Financiamento	(31.070)		(31.070)
Aumento de capital	11.106		11.106
Pagamento fundo pró-família	(6.237)		(6.237)
Devolução de capital	(13.039)		(13.039)
Utilização de Fundos	(55.439)		(55.439)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(94.679)**	**-**	**(94.679)**
Aumento líquido do saldo de disponibilidades	**(46.677)**	**-**	**(46.677)**
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	146.560		146.560
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	99.883		99.883

4.4 Reconciliação do Valor Adicionado em 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2017 (REAPRESENTADO)
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2017		
		Ajustes RN 430	(Reapresentado)
CONTRAPRESTAÇÕES	4.266.449	(482.562)	3.783.887
Contraprestações Líquidas	3.579.350	(189.316)	3.390.034
Outras Receitas Operacionais de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Pl. de Saúde da OPS	763.932	(293.246)	470.686
Receitas relativas à construção de ativos próprios	65.233		65.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.186		3.186
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(145.252)		(145.252)
EVENTOS INDENIZÁVEIS	(3.495.459)	482.562	(3.012.897)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(2.580.996)	(14.927)	(2.595.923)
Outras Despesas Operacionais de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Pl. de Saúde da OPS	(557.547)	497.489	(60.058)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(267.116)		(267.116)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(18.460)		(18.460)
Outros	(71.340)		(71.340)
VALOR ADICIONADO BRUTO	770.990	-	770.990
RETENÇÕES	(29.258)	-	(29.258)
Depreciação, amortização	(29.258)		(29.258)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	741.732	-	741.732
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	227.840	-	227.840
Receitas financeiras	177.672		177.672
Outras receitas	50.168		50.168
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	969.572	-	969.572
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(969.572)	-	(969.572)
			-
Pessoal:	(258.481)	-	(258.481)
Remuneração direta	(204.228)		(204.228)
Benefícios	(37.811)		(37.811)
FGTS	(16.442)		(16.442)
Impostos, taxas e contribuições:	(299.930)	-	(299.930)
Federais	(234.180)		(234.180)
Estaduais	(15.865)		(15.865)
Municipais	(49.885)		(49.885)
Remuneração de capitais de terceiros:	(34.657)	-	(34.657)
Despesas Financeiras	(31.673)		(31.673)
Outros	(2.984)		(2.984)
Remuneração de capitais próprios:	(376.504)	-	(376.504)
Resultado líquido	(322.783)		(322.783)
Realização da reserva de reavaliação	(457)		(457)
Despesas de juros de capital próprio	(53.264)		(53.264)

5 Disponível

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	67	56
Depósitos à vista e aplicações de liquidez imediata	152.798	99.827
Total do disponível (caixa e equivalentes de caixa)	**152.865**	**99.883**

As disponibilidades são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* AAA, em escala nacional com base na agência de *rating* (Standard & Poor`s) remunerados através de fundos referenciado DI com remuneração média de 100% do CDI, correspondente a 6,41% (9,91% em 2017).

A RN nº 290/12 alterada pela Resolução Normativa nº 418/2016 determinam que as aplicações financeiras devem ser destacadas, independentemente de apresentarem as características definidas pelas práticas brasileiras de contabilidade para enquadramento em "Caixa e equivalente de caixa", quais sejam: prazo de vencimento de até 90 dias, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e visam a atender a compromissos de curto prazo.

6 Aplicações financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa (a)	306.495	254.298
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa Custodiado (a) (d)	49.395	43.189
Certificados de depósito bancário (CDB) - Livre (a)	59.397	62.861
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	41.168	139.650
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) (c)	-	68.322
	456.455	**568.320**
Não Circulante (b)		
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	73.832	47.436
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	12.401	31.586
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE) Custodiado (d)	181.264	78.325
Certificados de Depósito Bancário (CDB) Custodiado (a) (d)	5.662	6.549
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Custodiado (c) (d)	204.028	139.123
Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa (FIDC) Custodiado (b) (d)	134.554	122.738
	611.741	**425.757**
Total do Circulante e Não Circulante	**1.068.196**	**994.077**
Indicadores:		
SELIC	6,40%	10,11%
CDI	6,41%	9,91%

(a) As cotas de fundos de investimentos de renda fixa e os Certificados de Depósitos Bancário possuem remuneração vinculada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Inexiste na carteira da Cooperativa aplicações em fundos exclusivos.
(b) Os FIDCs referem-se a Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios. Em 31 de dezembro de 2018, a carteira da cooperativa possui em sua composição os seguintes FIDCs: Fidic Libra 5, Empírica Sifra Star e BVA Master, possuindo rentabilidade média aproximada de 129% (127% em 2017) da variação do CDI.
(c) As LFTs possuem rentabilidade próxima a 100% (2018 e 2017) da variação da SELIC.
(d) Em cumprimento à RN nº 393/15 da ANS, a operadora mantém os respectivos títulos e valores mobiliários registrados como ativos garantidores das provisões técnicas, que representam garantias nos montantes totais de R$ 574.903 (R$ 520.349 em 2017), do total provisões técnicas de R$ 689.922 (R$ 633.492 em 2017 - Reapresentado), conforme demonstrado na Nota nº 15. Para fins de demonstrações financeiras, os valores estão registrados líquidos da provisão do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos dessas aplicações.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos do saldo de aplicações financeiras, incluindo período de vencimento e os seus níveis na hierarquia do valor justo:

	2018							
Título	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Valor Contábil**	**Valor justo**	**Nível Hierarquia**
Valor justo por meio do resultado	**392.258**	**53.358**	**10.839**	**-**	**-**	**456.455**	**457.266**	**Valor Justo**
Cotas de fundos de investimentos	306.418	-	77	-	-	306.495	306.496	2
Cotas de fundos Custodiado	49.395	-	-	-	-	49.395	49.395	2
Depósitos a prazo - CDB	36.445	22.952	-	-	-	59.397	59.699	2
Depósitos a prazo - DPGE/LF	-	30.406	10.762	-	-	41.168	41.676	2
Letras do Tesouro (LFT/LTN)	-	-	-	-	-	-	-	1
Títulos mantidos até o vencimento	**155.593**	**37.056**	**419.092**	**-**	**-**	**611.741**	**610.498**	
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	-	-	73.832	-	-	73.832	74.205	2
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	12.401	-	-	12.401	12.494	2,3
Depósito a prazo (DPGE) Custódiado	-	13.083	168.181	-	-	181.264	181.860	2
Certificados de Depósito Bancário (CDB) Custodiado	-	2.614	3.048	-	-	5.662	5.679	2
Letras Financeiras do Tesouro (LFT - LTN) Custodiado	21.039	21.359	161.630	-	-	204.028	201.706	1
Cotas de Fundos de Investimento de RF (FIDC) Custodiado	134.554	-	-	-	-	134.554	134.554	2
Total Geral	**547.851**	**90.414**	**429.931**	**-**	**-**	**1.068.196**	**1.067.764**	
Total do Circulante						456.455		
Total do não Circulante						611.741		

	2017							
Título	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Valor Contábil**	**Valor justo**	**Nível Hierarquia**
Valor justo por meio do resultado	**486.952**	**81.244**	**124**	**-**	**-**	**568.320**	**568.320**	**-**
Cotas de fundos de investimentos	254.174	-	124	-	-	254.298	254.298	2
Cotas de fundos Custodiado	43.189	-	-	-	-	43.189	43.189	2
Depósitos a prazo - CDB	42.241	20.620	-	-	-	62.861	62.861	3
Depósitos a prazo - DPGE/LF	79.026	60.624	-	-	-	139.650	139.650	2
Letras do Tesouro (LFT/LTN)	68.322	-	-	-	-	68.322	68.322	1
Títulos mantidos até o vencimento	**170.424**	**66.837**	**188.496**	**-**	**-**	**425.757**	**426.546**	
Cotas de fundos de investimentos	116.514	-	6.224	-	-	122.738	122.738	2
Depósitos a prazo - CDB	-	4.082	34.054	-	-	38.136	38.280	1
Depósitos a prazo - DPGE/LF	13.427	43.548	68.785	-	-	125.760	126.405	2
Letras do Tesouro (LFT/LTN)	40.483	19.207	79.433	-	-	139.123	139.123	1
Total Geral	**657.376**	**148.081**	**188.620**	**-**	**-**	**994.077**	**994.866**	
Total do Circulante						568.320		
Total do não Circulante						425.757		

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 27.

7 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Contraprestação Pecuniária a Receber	106.942	73.229
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (a)	(12.968)	(17.078)
	93.974	53.151
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Participação Dos Beneficiários em Eventos Indenizados (b)	49.789	45.929
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (a)	(1.858)	(2.145)
	47.931	43.784
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	19.782	68.492
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (a)	(4.822)	(10)
	14.960	68.482
	156.865	168.417

(a) O montante constituído é considerado pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com planos de assistência à saúde. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa n° 2.6.

(b) As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no mês de competência, considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações com planos de assistência à saúde é o seguinte:

		Vencidos				
	A vencer	**1 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**Mais de 90 dias**	**Total**
Contraprestação Pecuniária a Receber	38.710	46.928	13.223	2.615	5.466	106.942
Participação dos Beneficiários	44.720	2.717	1.142	208	1.002	49.789
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	19.782	-	-	-	-	19.782
	103.212	**49.645**	**14.365**	**2.823**	**6.468**	**176.513**

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos é como se segue:

	31/12/2017 Saldo inicial (Reapresentado)	Adição	(Reversão)	31/12/2018 Saldo final
Contraprestação Pecuniária a Receber	17.078	6.224	(10.334)	12.968
Participação dos Beneficiários	2.145	1.325	(1.612)	1.858
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	10	4.947	(135)	4.822
	19.233	12.496	(12.081)	19.648

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 27.

8 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Intercâmbio a receber	57.070	26.676
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a)	(1.832)	(22)
Operadoras de planos e assistência à saúde	**55.238**	26.654
Contas a receber	19.784	14.070
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a)	(9.878)	(1.610)
Outros Créditos Operacionais de Plano de Saúde da Operadora (PSO)	**9.906**	12.460
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH (Serviço Médico Hospitalar)	1.100	1.657
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a)	(65)	(1)
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH	**1.035**	1.656
Total	**66.179**	40.770

(a) O montante total de provisão para perdas, no valor de R$ 11.775 (R$ 1.633 em 2017 - Reapresentado), é considerado pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos de operações com outras operadoras ou com créditos a receber de prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. A provisão é constituída conforme descrito na Nota Explicativa n° 2.5.

A variação da conta de Provisão para perdas sobre créditos relacionadas ao intercâmbio, ocorreu em função das regras vigentes no qual a totalidade do contrato é provisionado na existência de pelo menos uma parcela em aberto a mais de 90 dias.

O detalhamento da idade dos principais títulos que compõem os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora é o seguinte:

		Vencidos				
	A vencer	**1 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**Mais de 90 dias**	**Total**
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	47.195	9.705		48	122	57.070
Outros Créditos Operacionais de PSO	11.017	1.470	715	630	5.952	19.784
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH	745	348	-	-	7	1.100
	58.957	**11.523**	**715**	**678**	**6.081**	**77.954**

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos é como se segue:

	31/12/2017 Saldo inicial (Reapresentado)	Adição	(Reversão)	31/12/2018 Saldo final
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	22	9.544	(7.734)	1.832
Outros Créditos Operacionais de PSO	1.610	10.066	(1.798)	9.878
Outros Créditos Operac. Prestação de SMH	1	893	(829)	65
	1.633	**20.503**	**(10.361)**	**11.775**

9 Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Imposto de renda a compensar (a)	16.895	31.520
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar (a)	132	4.883
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	3.185	7.985
Crédito com Imposto Sobre Serviços (ISS) (b)	1.640	3.374
INSS crédito tributário a compensar	-	35.664
Outros créditos tributários	482	790
Total Circulante	**22.334**	**84.216**
Não Circulante		
Crédito PIS e COFINS	534	1.361
IRRF sobre Aplicações Financeiras	5.653	5.482
Total Não Circulante	**6.187**	**6.843**
Total do Circulante e Não Circulante	**28.521**	**91.059**

(a) Referem-se a créditos gerados por antecipações efetuadas por estimativa ao longo do ano (saldo negativo de IRPJ), e na impossibilidade de compensação dentro do próprio exercício, esses créditos passam com os valores em aberto, sendo objeto de compensação no exercício imediatamente subsequente.
(b) A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, desde 2003, estabeleceu uma regra específica de retenção na fonte do ISSQN, na qual o tomador dos serviços retém o tributo quando o prestador também está estabelecido na própria cidade de Belo Horizonte, independentemente da regra nacional, estabelecida na Lei Complementar nº 116/03, sendo transferida a responsabilidade tributária em casos específicos e enumerados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Bens e títulos a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	6.572	5.093
Antecipação a prestadores de serviços (a)	17.937	8.471
Adiantamento a outras operadoras - Unimed	751	1
Estoque de material de uso	10.172	9.877
Cheques em custódia	4	12
Adiantamento a funcionários	1.295	1.295
Outros créditos	823	585
Total Circulante	**37.554**	**25.334**
Não Circulante		
Outros Titulos a Receber	622	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(181)	-
Antecipações a prestadores de serviços (a)	4.318	2.419
Total Não Circulante	**4.759**	**2.419**
Total do Circulante e Não Circulante	**42.313**	**27.753**

(a) Referem-se à antecipação do pagamento da prestação pelos serviços de prestadores da área médica, como clínicas, hospitais e laboratórios, que será descontado da prestação do serviço a pagar, realizáveis até janeiro de 2021, atualizados pela taxa média de 120% da projeção do CDI.

11 Conta-corrente com cooperados

	31/12/2018	31/12/2017
Saldos ativos		
Adiantamento a cooperados (a)	26.359	24.051
Total Ativo Circulante	**26.359**	**24.051**
Saldos passivos		
Conta-corrente com cooperados	4.215	1.173
Total Passivo Circulante	**4.215**	**1.173**

(a) Refere-se às contribuições efetuadas pela Unimed-BH a entidades culturais para utilização dos beneficios permitidos pela Lei nº 8.313 (Lei Rouanet), que são descontados do pagamento da produção médica dos médicos cooperados no exercício subsequente.

12 Investimentos

	31/12/2018	31/12/2017
Hospital Infantil São Camilo (a)	-	21.667
Ágio sobre rentabilidade futura (*goodwill*) do Hospital Infantil São Camilo	-	19.750
UNIO Soluções em Tecnologia Ltda (b)	15.528	9.877
Unimed Participações S/A. (c)	127.406	114.219
Federação Interfederativa das Coop. de Trabalho Médico	9.941	7.430
Credicom Ltda.	4.969	3.839
Central Nacional Unimed	3.933	3.569
Unimed Seguradora S/A (d)	15.493	12.313
Fundo Mútuo de Participações	5.946	5.946
Outros Investimentos	1.297	760
Total dos investimentos	**184.513**	**199.370**

(a) A cooperativa incorporou o Hospital Infantil São Camilo em 05 de dezembro de 2018. Ver Nota Explicativa nº 20 - Combinação de Negócios (Incorporação).

(b) A Cooperativa adquiriu 50% das quotas de participação da UNIO Soluções em Tecnologia Ltda, tendo objeto social da sociedade a criação, implantação e operação de soluções de sistemas de informação; o licenciamento e a cessão dos direitos de uso de programas de computadores; e o treinamento e consultoria para a implementação e operação de seus produtos e serviços. O Acordo de quotistas e registro da alteração contratual foi protocolado na JUCEES em 26/12/2017.

(c) A Cooperativa tem participação acionária de 13,74% (13,70% em 2017) na Unimed Participações S/A., holding do Sistema Unimed e controladora das empresas Unimed Seguradora, Unimed Administração e Serviços e Unimed Corretora. A Unimed Participações S/A. dedica-se a representar os interesses das cooperativas e do Sistema Unimed perante as controladas na condução dos negócios. Anualmente são reavaliados os critérios de influência significativa nas entidades, sendo constatada para este exercício a existência de influência por existência de administradores em comum desde 30/05/2017.

(d) Novos investimentos foram efetuados na participação acionária da Unimed Seguradora S.A., totalizando 1,92% de participação (1,70% em 2017). A Unimed Seguradora S.A., sociedade de capital fechado, dedica-se à negociação de seguros, sujeita à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações financeiras do investimento na Unimed.

Parcela do balanço da Coligada	31/12/2018	
	Unimed Participações S/A. (c)	**UNIO Soluções em Tecnologia Ltda (b)**
Ativo circulante	87.297	1.162
Ativo não circulante	912.975	29.591
Passivo circulante	72.832	245
Passivo não circulante	238	-
Patrimônio líquido	927.202	30.508
Parcela de receita e lucro da coligada		
Receita	110.490	2.873
Lucro líquido	97.763	(144)
Valor contábil do investimento	127.406	15.528
Equivalência patrimonial	4.572	(73)

13 Imobilizado

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Terrenos	188.331	-	188.331	184.754
Edificações	513.383	(63.122)	450.261	432.076
Máquinas e equipamentos	88.670	(37.252)	51.418	43.707
Equipamentos de computação	29.037	(13.298)	15.739	13.272
Instalações	17.675	(5.197)	12.478	12.490
Móveis e utensílios	19.744	(7.862)	11.882	12.137
Veículos	5.991	(2.122)	3.869	1.873
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.232	(393)	839	1.248
Imobilizado em construção	192.416	-	192.416	83.953
	1.056.479	**(129.246)**	**927.233**	**785.510**

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo imobilizado no exercício de 2018:

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Incorporação (c)	31/12/2018
Terrenos	184.754	2.300	-	-	1.277	188.331
Edificações (a)	484.257	339	(446)	13.323	15.910	513.383
Máquinas e equipamentos	75.014	9.912	(616)	1.293	3.067	88.670
Equipamentos de computação	23.866	4.244	(99)	870	156	29.037
Instalações	16.692	18	(71)	953	83	17.675
Móveis e Utensílios	19.020	888	(569)	(528)	933	19.744
Veículos	3.634	2.357	-	-	-	5.991
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.680	-	(448)	-	-	1.232
Imobilizado em construção (b)	83.953	125.439	(1.065)	(15.911)	-	192.416
	892.870	145.497	(3.314)	-	21.426	1.056.479
Depreciação edificações	(52.181)	(10.982)	41	-	-	(63.122)
Depreciação máquinas e equipamentos	(31.307)	(6.184)	357	(118)	-	(37.252)
Depreciação equipamentos de computação	(10.594)	(2.779)	40	35	-	(13.298)
Depreciação instalações	(4.202)	(1.029)	43	(9)	-	(5.197)
Depreciação móveis e utensílios	(6.883)	(1.299)	228	92	-	(7.862)
Depreciação veículos	(1.761)	(361)	-	-	-	(2.122)
Depreciação benfeitorias em imóveis de terceiros	(432)	(281)	320	-	-	(393)
	(107.360)	(22.915)	1.029	-	-	(129.246)
	785.510	122.582	(2.285)	-	21.426	927.233

(a) As principais adições ocorridas no Ativo Imobilizado em 2018 estão relacionadas à implantação do CPS Barreiro, implantação da UTI Coronariana no HUBH, Incoporação do Projeto Novo Hospital Betim e Projeto de Implantação da Central de Distribuição e incremento de novas ambulâncias, além da implementação da capacidade tecnologica.

(b) Para o imobilizado em construção o incremento se refere basicamente ao Novo Hospital de Betim.

(c) As informações sobre a incorporação estão mensuradas na nota explicativa relativa nº 21.

14 Intangível

	2018			2017
	Custo	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Software (a)	87.600	(66.639)	20.961	22.837
Marca Hospital Infantil São Camilo	2.906	(290)	2.616	2.761
Acordo de não competitividade	2.032	(812)	1.220	1.626
Ágio sobre rentabilidade futura (*goodwill*) do Hospital Infantil São Camilo	19.750	-	19.750	-
	112.288	(67.741)	44.547	27.224

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos ao ativo intangível no exercício de 2018:

	31/12/2017	Adições/ Transferência	Baixas	31/12/2018
Softwares (a)	80.047	7.657	(104)	87.600
Marca - Hospital Infantil São Camilo	2.906	-	-	2.906
Acordo de Nao Competitividade	2.032	-	-	2.032
Ágio sobre rentabilidade futura (*goodwill*) da aquisicao do Hospital Infantil São Camilo (b)	-	19.750	-	19.750
	84.985	27.407	(104)	112.288
Amortização software	(57.210)	(9.429)	-	(66.639)
Amortização da Marca Hospital Infantil São Camilo	(145)	(145)	-	(290)
Amortização do Acordo de não Competição	(406)	(406)	-	(812)
	(57.761)	(9.980)	-	(67.741)
	27.224	17.427	(104)	44.547

(a) As adições do Intagivel estão relacionadas a implantação de novas soluções para segurança da informação e inovações e atualização tecnologica de licenças de uso em geral.

(b) O valor do Ágio foi transferido para o intangível devido a incorporação do Hospital Infantil São Camilo.

15 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31/12/2018	(Reapresentado) 31/12/2017
Provisão de Benefício de Remissão Concedido	22.809	21.955
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (c)	198.993	170.355
Eventos ocorridos e não avisados PEONA (a)	91.307	93.536
Eventos a liquidar (b)	214.404	205.911
Outras Provisões Técnicas (d)	162.410	141.735
Total (e)	**689.923**	**633.492**
Total circulante	**398.298**	**407.195**
Total não circulante	**291.625**	**226.297**

a. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)
A prática contábil para constituição da PEONA está descrita na Nota Explicativa nº 3.4, item "b".

b. Provisão de eventos a liquidar de operações com assistência à saúde
A provisão de eventos a liquidar, regulamentada pela RN 393/16, é constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela operadora, observados os seguintes critérios:

• O registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

• A identificação da ocorrência da despesa médica será entendida como qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador ou o beneficiário e a própria operadora, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas à operadora, que evidencie a realização de procedimento assistencial a beneficiário da operadora.

c. Provisão de eventos a liquidar - SUS
A provisão do SUS, conforme art. 32 da Lei nº 9656/98, trata do ressarcimento pelas operadoras de acordo com normas definidas pela ANS, os serviços de atendimento à saúde previstos nos respectivos contratos, prestados a seus consumidores e respectivos dependentes, em instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 30 de setembro de 2011, a ANS publicou a Instrução Normativa (IN) nº 5, que determinou a classificação integral dos montantes provisionados para esses eventos no passivo circulante, independentemente do prazo estimado de liquidação.

A partir de 2016, para os valores que estão garantidos por depósitos judicias, os registros estão contabilizados como passivo não circulante, em conformidade com o Órgão Regulador. Os valores correspondentes a esses depósitos somam em 2018 a quantia de R$ 132.756 (R$ 86.019 em 2017).

d. Outras Provisões Técnicas
A Provisão de benefícios de remissão a conceder, por ser não obrigatória, constitui o grupo "Outras Provisões Técnicas" e teve metodologia de cálculo, com contabilização imediata, aprovada pela ANS em 2017 de acordo com o Ofício nº: 341/2017/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

e. Ativos garantidores das provisões técnicas
Por determinação da RN nº 392/15, foi solicitado à ANS o registro de vinculação de ativos para garantir as provisões técnicas e a custódia de títulos mobiliários, a seguir demonstrado:

	31/12/2018	(Reapresentado) 31/12/2017
Provisões técnicas com ativos garantidores		
Provisões Técnicas Vinculadas		
Provisão de Benefício de Remissão Concedido (circulante)	8.643	8.203
Provisão de Benefício de Remissão Concedido (não circulante)	14.166	13.752
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS - (circulante)	58.935	77.218
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS - (não circulante)	132.756	86.019
Provisão do Benefício de Remissão a Conceder - (circulante)	17.707	15.209
Provisão do Benefício de Remissão a Conceder - (não circulante)	144.703	126.526
PEONA	91.307	93.536
Eventos a Liquidar (i)	8.541	8.353
Total das Provisões Técnicas Vinculadas as Garantias Financeiras	**476.758**	**428.816**
Provisões Técnicas com Lastro de aplicação financeiras		
Eventos a Liquidar (i)	**198.540**	**183.102**
Provisão de Eventos a Liquidar SUS (Débitos Prescritos)	**7.302**	**7.118**
Débitos últimos 60 dias por meio de corresponsabilidade (Inciso IV, § 1º do art. 2º da RN nº 392, de 2015)	**7.323**	**14.456**
Total das Provisões Técnicas	**689.923**	**633.492**
Ativos Garantidores		
Garantia em imóveis (ii)	28.178	29.051
Aplicações financeiras garantidoras (iii) – (Curto e Longo prazo)	574.903	520.349
Depósito Judicial SUS	132.756	86.019
Total dos Ativos Garantidores	**735.837**	**635.419**

(i) A garantia financeira dos eventos a liquidar corresponde aos valores em aberto e que tenham sido avisados nos últimos 30 dias, conforme os critérios dispostos nas Resoluções Normativas nºs 227/10 e 392/15, que regulamentam o procedimento de reconhecimento contábil dos valores referentes à provisão de eventos a liquidar com operações de assistência à saúde.
(ii) Adicionalmente, em 2012, a Cooperativa encaminhou as certidões de ônus de alguns imóveis de sua propriedade, visando à sua vinculação às provisões técnicas da ANS. Houve deferimento por meio do ofício encaminhado pela ANS nº 171/2013/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS datado de 31 de janeiro de 2013.
(iii) Em atendimento às Resoluções Normativas 392/15 da ANS, a operadora mantém ativos garantidores em aplicações financeiras em contas específicas.

16 Tributos e encargos sociais a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ/CSLL a Recolher	325	-
ISSQN a Recolher	3.005	6.273
INSS, IRRF e FGTS sobre folha de pagamento	10.525	8.996
COFINS e PIS	2.915	130
IR retido na fonte (i)	87.056	78.274
INSS retido de terceiros a recolher	5.009	6.353
Outros	6.472	3.744
Total	**115.307**	103.770
Total circulante	**113.572**	103.770
Total não circulante	**1.735**	-

(i) Trata-se, substancialmente, de retenções na fonte sobre a folha de pagamentos de médicos cooperados.

17 Empréstimos e financiamentos
Com intuito de obter recursos para implantação de duas unidades assistenciais e um complexo assistencial e de pesquisa no Município de Belo Horizonte, a Unimed celebrou Contrato de Financiamento perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$ 185.201 em 18 de maio de 2013. Com garantia para essa captação, a Unimed-BH mantém aplicações financeiras que garantem o valor correspondente a três parcelas, que em 31 de dezembro de 2018 monta a R$ 9.232 (R$ 9.975 em 2017). Adicionalmente, foi cedida fiduciariamente em favor do BNDES a totalidade dos direitos creditórios advindos de contratos de prestação de serviços celebrados com determinados clientes da Cooperativa listados em contrato. A instituição financeira responsável pela administração dos recursos é o Banco Santander.

A amortização dar-se-á em 72 prestações mensais e sucessivas, tendo iniciado o pagamento da primeira parcela em 15 de julho de 2015, com compromisso de liquidação da última parcela até 15 de junho de 2021.

Os juros apurados serão exigíveis trimestralmente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido de 2013 a 2015, e mensalmente a partir de 15 de julho 2015, inclusive, com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou na liquidação desse contrato. O total dos juros pagos em 2018 foi de R$ 6.922 e de principal foi R$ 30.943, totalizando R$ 37.865 (R$ 41.045 em 2017) a título de pagamento de financiamentos.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 referente à parcela de R$ 77.251, é apresentado conforme abaixo:

	Taxa média a.a.	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos			
BNDES	**7,41%**	77.251	108.194
Circulante		31.021	31.144
Não circulante		46.230	77.050
		77.251	**108.194**

Cláusulas restritivas
Os financiamentos existentes não possuem cláusulas restritivas relacionadas ao cumprimento de índices econômico-financeiros *covenants*. No entanto, existem determinadas condições não financeiras que são pré-requisitos para que a dívida não seja considerada integralmente vencida e exigível. Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa alcançou integralmente todas as seguintes cláusulas de *covenants* contratuais:

(a) Redução do quadro de pessoal da Cooperativa sem atendimento ao disposto no inciso V da cláusula décima quarta.

(b) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Cooperativa, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

(c) A constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES de acordo com as cláusulas do contrato.

(d) Aplicação dos recursos concedidos pelo BNDES em finalidade diversa da prevista em contrato.

(e) Existência de desembolsos, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senado(a), de pessoa que tenha qualquer vínculo com a Cooperativa de modo que se possa identificar que a associação ou fundação é pessoa interposta do referido parlamentar, com fundamento no art. 54, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal.

A dívida com juros futuros está programada para ser paga conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	36.817
2019	35.708	34.825
2020	33.150	33.064
2021	15.903	15.865
Total	**84.761**	**120.571**

As informações sobre a exposição da Cooperativa a riscos e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 27.

18 Provisões judiciais
A Cooperativa registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos tributários, trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Cooperativa revisa suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a esses processos. Abaixo demonstramos o montante das provisões constituídas e os respectivos montantes depositados em juízo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Depósitos judiciais	**Provisão**	**Depósitos judiciais**	**Provisão**
Processos com depósitos judiciais				
COFINS sobre ato cooperativo (a)	148.599	145.602	131.292	128.270
PIS sobre ato cooperativo (a)	25.654	24.911	22.841	22.094
ISSQN	14.862	15.561	-	-
Taxa Suplementar de Saúde - ANS	40.401	18.067	25.125	12.595
Trabalhista (b)	6.067	32.573	10.548	24.239
SUS	132.756	-	86.019	-
Outros	13.761	92	11.835	92
	382.100	**236.806**	**287.660**	**187.290**
Processos sem depósitos judiciais				
PIS (a)	-	7.668	-	7.518
INSS	-	-	-	-
Cíveis	-	48.888	-	32.841
Outros	-	23.820	-	21.712
	-	**80.376**	-	**62.071**
	382.100	**317.182**	**287.660**	**249.361**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstramos a seguir a movimentação dos saldos relativos aos depósitos judiciais e provisões para riscos no exercício de 2018:

	Depósitos judiciais			
	31/12/2017	Adição	Baixa	31/12/2018
COFINS sobre ato cooperativo (a)	131.292	17.307	-	148.599
PIS sobre ato cooperativo (a)	22.841	2.813	-	25.654
ISSQN	-	14.862	-	14.862
Taxa Suplementar de Saúde - ANS	25.125	15.276	-	40.401
Trabalhista	10.548	2.440	(6.921)	6.067
SUS	86.019	47.664	(927)	132.756
Outros	11.835	8.581	(6.655)	13.761
	287.660	**108.943**	**(14.503)**	**382.100**

A Contrapartida do depósito judicial SUS está sendo mencionada na Nota 15 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.

	Provisões judiciais			
	31/12/2017	Adição	Baixa	31/12/2018
Processos com depósitos judiciais				
COFINS sobre ato cooperativo (a)	128.270	17.322	-	145.602
PIS sobre ato cooperativo (a)	22.094	2.817	-	24.911
ISSQN	-	15.561	-	15.561
Taxa Suplementar de Saúde - ANS	12.595	5.472	-	18.067
Trabalhista (b)	24.239	13.223	(4.889)	32.573
Outros	92	-	-	92
	187.290	54.405	(4.889)	236.806
Processos sem depósitos judiciais				
PIS (a)	7.518	150	-	7.668
Cíveis	32.841	17.281	(1.234)	48.888
Outros	21.712	9.790	(7.682)	23.820
	62.071	27.221	(8.916)	80.376
	249.361	**81.626**	**(13.805)**	**317.182**

As principais provisões constituídas estão abaixo listadas:

a. Fiscais
PIS e COFINS sobre ato cooperativo
A Receita Federal considera, para efeito da tributação do IR e da CSLL, que as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência desses tributos sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro, mais especificamente sobre os atos cooperativos praticados, não sendo, a princípio, extensivo esse entendimento para o PIS e a COFINS. Foram impetrados os Mandados de Segurança nºs 1999.38.00.035821-3 (COFINS) e 1999.38.00.035820-0 (PIS) visando a suspender a exigibilidade desses dois tributos, quando da pretensão da Receita Federal em efetuar a tributação sobre o resultado do ato cooperativo principal. Os valores estão sendo depositados em juízo e devidamente provisionados pelo fato de serem considerados uma obrigação legal.

b. Trabalhistas
A principal provisão trabalhista constituída refere-se à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho requerendo alteração de conduta da Cooperativa em aspectos de contratação de profissionais de sua área fim (serviços de saúde), prevendo nos pedidos da respectiva ação aplicação de condenação por dano moral coletivo já tendo sido proferida decisão de 1ª instância acolhendo o pedido, com o valor estipulado em R$ 20.000. Ante a condenação, em 2015, o valor de R$ 20.000 foi provisionado. Em 11 de abril de 2016 foi publicado acórdão que reformou a sentença, excluindo da condenação a indenização por danos morais coletivos. Assim, conforme o acórdão, a Cooperativa não tem mais obrigação de pagar a aludida indenização, procedendo com a retirada desse valor da provisão. Contudo, uma vez que o acórdão ainda não transitou em julgado, sendo passível de reforma, a probabilidade de perda da ação encontra-se classificada como possível.

c. Processos avaliados com risco de perda possível
A Cooperativa responde por ações de natureza tributária, cível e trabalhista, cujo desfecho é considerado como perda possível e, assim, nenhuma provisão foi constituída. O montante total das ações classificadas como perda possível monta a R$ 226.592 (R$ 170.183 em 2017), correspondente a processos trabalhistas, cíveis e outros, avaliados como perda possível por nossos advogados correspondente a 10.385 pedidos (11.060 em 2017).

As obrigações legais estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, independente do julgamento da perda, uma obrigação originada em lei só poderá ser tratada como remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

d. Ativos contingentes
Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Cooperativa não reconhece em seu balanço ativos contingentes. Conforme aquele pronunciamento, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

No entanto, o CPC 25 determina que ativo contingente seja divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Abaixo listamos o ativo contingente que em 31 de dezembro de 2016 foi classificado como provável e que no ano de 2017 foi reconhecido como crédito.

INSS sobre serviços adquiridos de cooperativas
Em abril de 2018, finalizou-se a compensação administrativa do crédito decorrente do Processo nº 2000.38.00.007410-5, referente aos recolhimentos da contribuição previdenciária prevista no art. 22, inciso IV da Lei nº 8.212/91.

• Lei Complementar nº157/2016
Em razão da entrada em vigor da LC nº 157/2016 (que inseriu o inciso XXIII ao art. 3º da LC nº 116/2003), o ISSQN deixou de ser devido no domicílio do prestador de serviços e passou a ser devido no domicílio do tomador de serviços, o que na prática significa que a Cooperativa deveria deixar de recolher o ISSQN somente para o município de Belo Horizonte e passaria a recolher para todos os municípios onde estão os seus tomadores de serviços.

• Posteriormente, foi ajuizada a ADIN n. 5835 para questionar a constitucionalidade da alteração legislativa, oportunidade em que, em decisão publicada no dia 04/04/2018, o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar para suspender a eficácia do artigo 1º da Lei Complementar n.º 157/2016 na parte que trata da modificação do art. 3º, incisos XXIII, XXIV e XXV da LC nº 116/2003, bem como de todas as legislações locais editadas para dar-lhe execução.

• Tendo em vista que as decisões proferidas na ADIN vinculam todos os contribuintes, o Legislativo e o Poder Judiciário, restou suspensa a eficácia da alteração promovida pelo art. 1º da LC n.º 157/2016, de forma que o ISSQN sobre o serviço prestado pela Cooperativa voltou a ser devido no município de Belo Horizonte.

• Considerando que a medida cautelar não é definitiva, e a questão ainda será apreciada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, como forma de se resguardar contra eventuais recolhimentos indevidos, a Cooperativa ajuizou seis ações e vêm realizando os depósitos judiciais do ISSQN da parcela controversa, mantendo-se os recolhimentos ao município de Belo Horizonte da parte incontroversa, ou seja, o ISSQN decorrente dos serviços prestados aos tomadores que estão localizados em Belo Horizonte.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social
O capital social pertencente a 5.637 cooperados (5.681 em 2017) é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R$ 69, sendo dividido em quotas-partes de valor unitário igual de R$ 10,00 (dez reais).

A quota-parte é indivisível, intransferível mesmo entre associados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e todo o seu movimento de subscrição, realização e restituição será sempre escriturado no Livro de Matrícula.

Ao ser admitido na Cooperativa, o associado deverá subscrever, no mínimo, 6.930 quotas-partes no valor correspondente a R$ 69, e não serão atribuídos juros ao capital social a integralizar.

Juros sobre o capital social
Na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de dezembro de 2013, ficou estabelecido que a Cooperativa irá remunerar o capital social em 12%, incorporando o valor ao próprio capital social. No entanto, a Lei nº 5.764/71, no §3°, do art. 24, veta às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada. De acordo com a previsão estatutária, a Cooperativa poderá atribuir juros ao capital social integralizado, atendendo à legislação em vigor. Dessa forma, por deliberação da diretoria executiva foram incorporados ao capital social 12% sobre as quotas-partes integralizadas no montante de R$ 57.594 (R$ 53.264 em 2017) através de juros sobre capital social.

Diferentemente das Sociedades Anônimas em relação aos Juros Sobre o Capital Próprio, previstos no art. 9º da Lei nº 9.249/95, calculados sobre o patrimônio líquido e que possui característica de dividendos, em que a CVM orienta a reversão do valor na última linha do resultado conforme deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, não há previsão para reversão dos juros sobre o capital social das cooperativas, que por sua vez não têm a característica de pagamento de dividendos, uma vez que as sociedades cooperativas apenas são autorizadas a atualizarem o valor do capital social até o limite de 12% ao ano, mas não podem, de forma alguma, distribuir dividendos. Se, porventura, vierem a ter sobras, de acordo com o art. 4º, inciso VII da Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício deverão retornar, proporcionalmente, às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Dessa forma, a Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, atualizando-as em 12%.

b. Reservas e fundos
O Fundo de reserva legal é constituído através da destinação de 10% das sobras líquidas dos atos cooperativos principais verificadas no encerramento de cada exercício, bem como da reversão dos créditos não reclamados no prazo de cinco anos, de auxílios e doações sem destinação especial e destina-se a suprir eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades sociais, sendo indivisível entre os cooperados. Nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa, ela deverá realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis, ao Banco do Brasil, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 5.764/71 e Lei nº 8.029/90.

O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) é constituído através da destinação de 5% das sobras líquidas do exercício dos atos cooperativos principais e pelo resultado apurado nos atos cooperativos auxiliares e não cooperativos. O Fundo é indivisível e destina-se à prestação de assistência aos cooperados e seus dependentes legais e aos empregados da Cooperativa. No caso de liquidação e dissolução da Cooperativa, o referido Fundo terá destinação que for aprovada em Assembleia Geral.

Foram destinados no exercício de 2018, com recursos do FATES, os montantes de R$ 85.977 (R$ 55.439 em 2017) que se referem a pagamentos para entidades de classe de médicos cooperados e pagamento de plano de previdência complementar no montante de R$ 76.313 para os médicos cooperados, conforme item "c - previdência complementar" adiante.

O Fundo Pró-Família é constituído através da destinação de um percentual das sobras líquidas a ser fixado pela Assembleia Geral, bem como através de outras destinações determinadas pela Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

O Fundo Pró-Família destina-se ao pagamento de benefício aos herdeiros do médico cooperado falecido ou ao próprio médico cooperado que, respeitadas as normas e os critérios definidos no Estatuto e Regimento Interno da Cooperativa, aprovado pelo Conselho de Administração, requerer sua demissão da Cooperativa em virtude da sua idade e do tempo de cooperativa ou em decorrência de aposentadoria por invalidez permanente.

c. Previdência complementar
Em 2008, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi implantado um plano de previdência complementar para os médicos cooperados da Cooperativa, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS. Em 2013, foi aprovada a transferência do plano para o Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado que teve a aprovação pela Previc em 2014. Os aportes compreendem o valor de R$ 76.313 (R$ 46.200 em 2017). A Unimed BH tem como compromisso assumido em Assembleia a revisão da continuidade do administrador do plano de previdência privada a cada cinco anos. O objetivo é validar a segurança e a rentabilidade dos recursos; avaliar a qualidade do atendimento e da prestação de serviços e identificar as oportunidades do mercado para portabilidade.

Inexiste solidariedade entre eles e entre suas respectivas patrocinadoras ou instituidoras.

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da taxa efetiva
A reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social, incidentes sobre os atos auxiliares e não cooperativos, no resultado dos exercícios, compreendendo suas alíquotas nominais e efetivas, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	370.251	370.251	434.917	434.917
Participação nas sobras	(10.602)	(10.602)	(9.026)	(9.026)
Resultado antes da tributação	**359.649**	**359.649**	**425.891**	**425.891**
Resultado positivo do ato Cooperativo (i)	(49.309)	(49.309)	(62.015)	(62.015)
Juros sobre capital social cooperado (ii)	(67.758)	-	(62.664)	-
Provisão sistema único de saúde	29.479	29.479	35.092	35.092
Provisão para contingências	(1.731)	(1.731)	(1.492)	(1.492)
Inovação Tecnológica	(1.374)	(1.374)	(1.948)	(1.948)
Outras	13.976	13.976	(27.035)	7.540
Base de Cálculo	282.932	350.690	305.829	403.068
IR / CS	68.736	31.562	74.014	33.209
IR / CS Diferidos	(14.522)	(5.228)	(2.993)	(1.122)
Efeito líquido registrado no resultado do exercício	**54.214**	**26.334**	**71.021**	**32.087**
Alíquota efetiva	**29%**	**10%**	**23%**	**8%**

(i) Em conformidade com os arts. 182 e 183 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99), a Cooperativa não terá incidência do imposto sobre suas atividades econômicas. Somente pagará o imposto sobre os resultados positivos das operações e das atividades estranhas à sua finalidade. Dessa forma, os resultados dos atos cooperativos que se referem à atividade econômica principal da Cooperativa são excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.
(ii) A Cooperativa registrou os juros sobre o capital social à conta de despesas financeiras pelo valor bruto e incorporou o valor líquido dos efeitos tributários à cota capital de cada cooperado, conforme Nota Explicativa nº 19a.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos
A Cooperativa, em consonância com a Resolução nº 998/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou a NBC T 19.2, contabilizou o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, classificados no ativo não circulante, no montante de R$ 82.832 (R$ 62.454 em 2017), conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Diferenças temporárias	83.963	64.271
Reserva de reavaliação	(1.131)	(1.817)
	82.832	**62.454**

A estimativa de recuperação dos créditos tributários é revisada, no mínimo, anualmente, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício e aprovadas pela Administração da Cooperativa. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes às provisões.

c. Lei nº 12.973, de 14 de maio 2014
A partir de 2015, tornou-se obrigatória a aplicabilidade da referida lei, que extinguiu o então Regime Tributário de Transição (RTT). A diferença positiva verificada em 2015 entre o valor de ativo na contabilidade societária e no FCONT foi adicionada na determinação do lucro real na data da adoção inicial.

21 Incorporação
Em 05 de dezembro de 2018, em sintonia com a estratégia de ampliação dos serviços especializados da Cooperativa, foi aprovado por Asembleia Geral Extraordinária a incorporação do Hospital Infantil São Camilo.

A transferência efetiva das ações formalizou-se pela averbação do livro de transferência de ações em 28 de dezembro de 2016, atribuindo o valor de R$ 88 milhões. O controle do Hospital Infantil São Camilo se iniciou em 1º de janeiro de 2017.

Contabilmente a alocação do preço pago, indicando o valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos incluindo os intangíveis e ágio sobre rentabilidade futura (*goodwill*) oriundo da Transação, foi registrado naquele momento da apresentação das demonstrações financeiras.

A operação visa ao aproveitamento de sinergias e a redução de custos financeiros, operacionais e administrativos por meio da concentração, o que aumentará os meios para o aproveitamento dos recursos disponíveis, ampliando a perspectiva de expansão dos negócios atualmente desenvolvidos na incorporada.

O capital social da incorporada não alterou em função da incorporação, ocorreu somente o cancelamento da totalidade das ações representativas do capital do Hospital Infantil São Camilo.

Relação dos Ativos e dos Passivos assumidos na Incorporação
Os valores patrimoniais dos ativos e passivos da Adquirida, convertida no modelo de apresentação do balanço da incorporadora, são apresentadas conforme a seguir:

	Balancete HISC em 05/12/2018	Ajustes na Incorporação	Saldo Incorporado
Ativo			
Circulante	**7.287**	**(2.867)**	**4.420**
Disponível	91	-	91
Realizável	**7.196**	**(2.867)**	**4.329**
Aplicações Financeiras	1.906	-	1.906
Aplicações Livres	1.906	-	1.906
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com PSO	4.413	(2.866)	1.547
Créditos Tributários e Previdênciários	56	-	56
Bens e Títulos a Receber (i)	820	-	820
Não Circulante	**21.494**	**(36.497)**	**(15.003)**
Realizável a Longo Prazo	**3**	**(9.600)**	**(9.597)**
Depósitos Judiciais e Fiscais	3	-	3
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	(9.600)	(9.600)
Investimentos	**65**	**(26.897)**	**(26.832)**
Participações Societárias - Rede Hospitalar	-	(26.897)	(26.897)
Outros Investimentos	65	-	65
Imobilizado	**21.427**	**-**	**21.427**
Imóveis de Uso Próprio	17.187	-	17.187
Imóveis de Uso Próprio - Hospitalares	17.187	-	17.187
Imobilizado de Uso Próprio	4.240	-	4.240
Bens Móveis - Hospitalares	4.240	-	4.240
Total do Ativo	28.781	(39.364)	(10.583)
Passivo	-	-	-
Circulante	(12.756)	9.600	(3.156)
Provisões	(174)	-	(174)
Provisão para IR e CSLL	(174)	-	(174)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(524)	-	(524)
Débitos Diversos	(12.058)	9.600	(2.458)
Não Circulante	(6.844)	-	(6.844)
Provisões	(4.827)	-	(4.827)
Provisões para Ações Judiciais	(4.827)	-	(4.827)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(2.017)	-	(2.017)
Parcelamento de Tributos e Contribuições	(2.017)	-	(2.017)
Patrimônio Líquido / Patrimônio Social	(9.181)	29.764	20.583
Capital Social / Patrimônio Social	(20.222)	20.222	-
Reservas	(1.816)	22.399	20.583
Reservas de Reavaliação	(1.816)	-	(1.816)
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	-	22.399	22.399
Lucros (Superávits) ou Prejuízos (Déficits) Acumulados ou Resultado	12.857	(12.857)	-
Total do Passivo	(28.781)	39.364	10.583

Na data da transação, o Hospital Infantil São Camilo possuía um Patrimônio Líquido de R$ 9,1 milhões.
(*) ajustes se referem a transações com partes relacionadas.

22 Receitas com operação de assistência à saúde

	31/12/2018	(Reapresentado) 31/12/2017
Contraprestações Emitidas	4.681.043	4.050.916
(-) Cancelamentos de Contraprestações	(879)	(1.168)
(-) Contraprestações Transferidas	(505.768)	(546.174)
(-) Descontos	(129.355)	(113.540)
Contraprestações Líquidas	4.045.041	3.390.034
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(21.528)	(145.253)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(106.368)	(96.284)
Contraprestações Efetivas de Operações de Assistência à Saúde	**3.917.145**	**3.148.497**

23 Eventos indenizáveis líquidos

	31/12/2018	(Reapresentado) 31/12/2017
Despesa com Eventos	(3.363.610)	(2.990.828)
Glosas	(3.367)	12.411
Recuperação por Coparticipação	309.743	269.129
Eventos Conhecidos ou Avisados	**(3.057.234)**	**(2.709.288)**
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	2.230	(18.459)
Eventos Indenizáveis Líquidos	**(3.055.004)**	**(2.727.747)**

24 Resultado com operações não relacionadas com plano de saúde

	31/12/2018	(Reapresentado) 31/12/2017
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	1.572	1.779
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionados com Plano de Saúde da Operadora	250.789	473.365
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	25.841	22.454
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual	213.171	335.639
Outras Receitas Operacionais (a)	11.777	115.272
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(12.656)	(12.801)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(134.431)	(120.605)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(105.155)	(93.589)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(12.151)	(17.576)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	7.717	7.312
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(24.842)	(16.752)
Outras Despesas Operacionais De Assistência À Saúde Não Relacionadas Com Plano De Saúde Da Operadora	(199.469)	(60.058)
Despesas Com Operações De Intercâmbio Eventual	(191.049)	(53.376)
Outras Despesas Operacionais	(8.420)	(6.682)
Resultado com Operações Não Relacionadas com Plano de Saúde	**(94.195)**	**281.680**

(a) Refere-se substancialmente a créditos tributários oriundos da compensação do INSS (vide nota 18, item "d"), e a reversão de provisões.

25 Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com Pessoal Próprio	(168.054)	(145.320)
Despesas com Serviços de Terceiros	(59.960)	(51.678)
Despesas com Localização e Funcionamento	(70.691)	(74.735)
Despesas com Publicidade e Propaganda Institucional	(20.949)	(17.275)
Despesas com Tributos	(14.899)	(27.833)
Despesas Administrativas Diversas (a)	(59.600)	(43.195)
Despesas Administrativas	**(394.153)**	**(360.036)**

(a) Refere-se a gastos relativos a publicações, contribuições e despesas judiciais.

26 Resultado financeiro líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras		
Juros de aplicações financeiras	77.791	98.834
Receitas por recebimentos em atraso	25.433	23.037
Outras receitas	8.774	55.800
	111.998	**177.671**
Despesas Financeiras		
Impostos e contribuições sobre transações financeiras	(442)	(106)
Descontos Concedidos	(13.523)	(9.635)
Juros sobre o Capital Social (Nota 19a)	(67.758)	(62.664)
Encargos sobre tributos	(241)	(659)
Outras despesas	(14.206)	(21.377)
	(96.170)	**(94.441)**
Resultado financeiro líquido	**15.828**	**83.230**

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros
A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros
A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: i) risco de mercado; ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

Risco de mercado
Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. A Cooperativa não aplica contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Risco de taxas de juros
A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Risco cambial
A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

Análise de sensibilidade
Os instrumentos financeiros da Cooperativa que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. O risco atrelado a aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e financiamentos da Cooperativa estão em sua maioria vinculados ao CDI. Essas operações indexadas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Visando a apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e financiamentos, aos quais a Cooperativa estava exposta em 31 de dezembro de 2018, foi realizada uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma alta na taxa CDI de 25% e 50%, para passivos financeiros atrelados a taxas variáveis e redução do CDI de 25% e 50% para ativos financeiros atrelados a taxas variáveis, demonstrado como segue:

	31/12/2018 (12 meses adiante)		
Risco nas taxas de juros	**Cenário Provável CDI**	**Cenário Possível CDI**	**Cenário Remoto CDI**
Taxas efetiva	6,41%	6,41%	6,41%
Taxas CDI conforme cenários	6,41%	4,81%	3,21%
Ativos financeiros atrelados a juros variáveis	1.068.196	1.068.196	1.068.196
Efeito no resultado:			
- Conforme a taxa efetiva (6,41% a.a.)	68.471	68.471	68.471
- Conforme cenários de *stress* (receita financeira)	98.513	51.354	34.236
Passivos financeiros atrelados a juros variáveis	77.251	77.251	77.251
Efeito no resultado:			
- Conforme a taxa efetiva (7,41% a.a.)	5.724	5.724	5.724
- Conforme cenários de *stress* (despesa financeira)	5.724	7.155	8.586
Efeito líquido no resultado	**-**	**15.686**	**31.373**

Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de a Cooperativa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Cooperativa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A área operacional analisa e avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em históricos, os projetos individuais são monitorados individualmente visando a manter um nível alto de recebimento dentro dos prazos esperados.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em sua maioria em aplicações de renda fixa. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Cooperativa tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, aquela não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. As aplicações financeiras são concentradas em títulos públicos e bancos de 1ª linha, classificadas em AA+ e AA-, pelas principais agências de *rating*. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2018	**31/12/2017**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	152.865	99.883
Aplicações Financeiras (Nota 6)	1.068.196	994.077
Contas a receber de clientes (Notas 7 e 8)	254.467	230.055
Outros valores a receber (Nota 10)	31.029	16.581
	1.506.557	**1.340.596**

O detalhamento da idade dos principais saldos que compõem o Contas a receber de clientes, bem como a movimentação da provisão para perdas sobre tais valores, está apresentado nas Notas Explicativas nºs 7 e 8.

Outros valores a receber da nota 10, foram ajustados pelas contas de estoque, adiantamento a funcionários e PDD.

Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Cooperativa. A Cooperativa possui controle dos projetos e aplicações financeiras para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como pouco relevante, frente à gestão dos recebimentos. Em geral, a Cooperativa não recorre a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2018

	Valor contábil	**Total**	**2 meses ou menos**	**2-12 meses**	**1-2 anos**	**Mais que 2 anos**
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	21.450	21.450	21.450	-	-	-
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS.	38.496	38.496	38.496	-	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	115.307	116.505	113.246	1.782	1.457	20
Financiamentos	77.251	84.761	6.090	29.617	33.151	15.904
Débitos diversos	100.125	100.125	100.125	-	-	-
Conta-Corrente de Cooperados	4.215	4.215	4.215	-	-	-
	356.844	**365.552**	**283.622**	**31.399**	**34.608**	**15.924**

(Reapresentado)

31 de dezembro de 2017

	Valor contábil	**Total**	**2 meses ou menos**	**2-12 meses**	**1-2 anos**	**Mais que 2 anos**
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	27.133	27.133	27.133	-	-	-
Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	24.039	24.039	24.039	-	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	103.770	103.770	103.770	-	-	-
Financiamentos	108.194	120.571	6.350	30.467	34.825	48.929
Débitos diversos	86.575	86.575	84.352	-	-	2.223
Conta-Corrente de Cooperados	1.173	1.173	1.173	-	-	-
	350.884	**363.261**	**246.817**	**30.467**	**34.825**	**51.152**

Os fluxos de entradas (saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

c. Gestão de capital
Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possui, aproximadamente, 38% (39% em 2017) do seu ativo total registrado como Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

d. Estimativa do valor justo
Os valores justos informados no balanço patrimonial não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2018		**31/12/2017**	
Caixa e equivalentes de caixa	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Depósitos à vista e aplicações financeiras	152.865	152.865	99.883	99.883
Títulos e valores mobiliários				
Títulos e valores mobiliários	1.068.196	1.067.764	994.077	994.866
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	254.467	254.467	230.055	230.055
Outros valores a receber	31.029	31.029	16.581	16.581
Fornecedores (*)	424.425	424.425	414.204	414.204
Empréstimos	77.251	77.251	108.194	108.194

(*) Provisão de Eventos a Liquidar para SUS, Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde, Débitos de Operações de Assistência à Saúde, Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS e Débitos Diversos

Os saldos referentes às aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários são substancialmente correspondentes ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas em sua maioria na variação do CDI.

Os saldos das Contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e adiantamentos de clientes decorrem diretamente das operações da Cooperativa, sendo mensurados pelo custo amortizado, e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os adiantamentos de clientes não estão sujeitos a encargos financeiros.

e. Hierarquia de valor justo
O CPC 46 (Mensuração do valor justo) define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa norma também aborda que a mensuração de ativo ou passivo a valor justo é pautada nas premissas que os participantes do mercado utilizam para precificação e estabelece uma hierarquia de valor justo cujo propósito consiste na classificação, por prioridade, das informações aplicadas para a definição dessas premissas. A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

• **Nível 1 -** As informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data da mensuração.

• **Nível 2 -** As informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado.

• **Nível 3 -** As informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Entidade.

A tabela que apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo, estão apresentados na Nota Explicativa n° 5.

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	2018		**2017**	
	Mantidos até o vencimento	**Empréstimos e recebívei**	**Mantidos até o vencimento**	**Empréstimos e recebíveis**
Caixa e equivalentes de caixa	-	152.865	-	99.883
Títulos e valores mobiliários	611.741	-	425.757	-
Contas a receber de clientes	-	254.467	-	230.055
Outros valores a receber	-	31.029	-	16.581

Não houve alterações de nível hierárquico no exercício de 2018 em relação a 2017.

f. Operações com instrumentos financeiros derivativos
A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2018 e 2017.

28 Margem de solvência
A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R$ 8.503 fixado na RN nº 209/09 e posteriores alterações, multiplicado pelo fator K = 6,68% que equivale a R$ 568.

O cálculo efetuado não resultou em valor excedente. Portanto, não há valor a ser garantido, conforme previsto na resolução.

Margem de solvência - Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

(i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R$ 757.703 (R$ 651.883 em 2017 - Reapresentado).

(ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou R$ 858.693 (R$ 759.328 em 2017 - Reapresentado).

A margem de solvência apresentada é de R$ 858.693 (R$ 759.328 em 2017 - Reapresentado) e o patrimônio líquido ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R$ 1.645.341 (R$ 1.550.340 em 2017).

A Cooperativa apresenta suficiência tanto para o cálculo do patrimônio mínimo ajustado quanto para a margem de solvência. Dessa maneira, não há necessidade de utilizar o cálculo proporcionalizado a 70,52% (63,14% em 2017), acumulados em dezembro de 2018, conforme disposto pela RN 313/12.

29 Transações com partes relacionadas
A Cooperativa considera como partes relacionadas as pessoas ou as entidades que estão relacionadas com a Unimed BH, considerando as premissas do CPC 05 - Partes Relacionadas. Divulgação sobre partes relacionadas, que considera, principalmente, influência significativa, membros do pessoal-chave da administração, entidades coligadas, controladas e empresas de um mesmo grupo econômico. Nesse sentido, as demais entidades integrantes do sistema Unimed não são consideradas partes relacionadas.

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados que compreendem:

• Contraprestações a receber (ativo) no montante de R$ 2.696 (R$ 2.408 em 2017)

• Aplicações financeiras (ativo) no montante de R$ 36.367 (R$ 32.566 em 2017)

• Adiantamentos a cooperados (ativo) no montante de R$ 26.359 (R$ 24.051 em 2017)

• Eventos indenizáveis a liquidar (passivo) no montante de R$ 64.225 (R$ 65.690 em 2017)

• Conta-corrente com cooperados (passivo) no montante de R$ 4.215 (R$ 1.173 em 2017)

• Custos e despesas (resultado) no montante de R$ 1.249.724 (R$ 1.012.247 em 2017)

a. Remuneração dos administradores
Durante o exercício de 2018, a remuneração dos administradores da Cooperativa totalizou R$ 8.683 (R$ 8.388 em 2017). Tal montante foi apropriado no resultado dos respectivos exercícios como despesa, não existindo benefícios de longo prazo concedidos aos administradores da Cooperativa.

30 Cobertura de seguros
A Cooperativa possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas em seu patrimônio, abrangendo cobertura contra sinistros de incêndio, explosão, a queda de raios , tumulto, implosão, fumaça, acidentes provenientes de impactos de aeronaves e veículos, danos elétricos, subtração de bens, equipamentos eletrônicos, sinistros ambientais.

A apólice é unificada e considera todas as unidades em funcionamento e sua vigência é de 1º de janeiro de 2019 a 1º de janeiro de 2020.

A sua cobertura abrange os valores em riscos declarados de todas as unidades, que totaliza o montantes de R$ 536.890.000,00 com LMI (Limite máximo de indenização) de R$ 139.000.000,00 que é maior valor em risco das unidades. O lucros cessantes (despesas fixas) tem cobertura equivalente a R$ 50.000.000,00

Dr. Samuel Flam
Diretor-Presidente

Dra. Maria das Mercês Quintão Fróes
Diretora Comercial e de Relacionamento Institucional

Dr. Eudes Arantes Magalhães
Diretor Administrativo-Financeiro

Dr. Jose Augusto Ferreira
Diretor de Provimento de Saúde

Dr. Múcio Pereira Diniz
Diretor de Serviços Próprios

Contador
Edson Dimas Frainz
CRC-MG 60984/O-2

Raquel Marimon da Cunha
Master Serviços Atuariais LTDA
CNPJ 05.475.051/0001-93
CIBA 135

O acompanhamento e constituição das provisões técnicas conforme notas: 3.4 a), b) e f) e nota 15, é efetuado por empresa atuarial. Os valores destas provisões técnicas com metodologia de cálculo, consubstanciado em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP, estão devidamente conferidos e reconhecido no balanço da Cooperativa, conforme assinatura do atuário responsável pelo cálculo das provisões nestas peças.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da
Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico
Belo Horizonte - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação não é requerida às cooperativas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Belo Horizonte - MG, 25 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Com a determinação de cumprir as atribuições que lhe confiaram os médicos cooperados da Unimed BH, o Conselho Fiscal buscou entender, acompanhar e exercer contínua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa.

Para tanto, além das avaliações rotineiras e sistemáticas da demonstração de resultado, movimentações e atividades contábeis e financeiras, procuramos acompanhar as mudanças da Cooperativa, decorrentes de medidas aprovadas em Assembléias Gerais, para fazer frente aos novos rumos da Saúde Suplementar no Brasil.

Os membros do Conselho Fiscal da Unimed BH, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo examinado o Relatório de Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e com base no Parecer dos Auditores Independentes – KPMG recomendam sua aprovação na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de março de 2019.

Agradecemos aos colaboradores, gestores, superintendentes e diretores da Unimed BH pelo incentivo e apoio ao Conselho Fiscal no desempenho de suas funções.

A participação dos membros suplentes os Doutores Cláudia Ayres Vilela, Fábio Lopes de Queiroz e Luiz Antônio Sette e Câmara a quem muito agradecemos, foi imprescindível para que chegássemos ao final do mandato com a consciência de ter cumprido o nosso dever.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2019.

Luiz Antônio dos Reis Lazarini
Sérgio Coube Bogado Junior
Vanessa Peres Felippe